



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA



DJAILMA SILVA DA COSTA

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM
DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA**

João Pessoa
2014

DJAILMA SILVA DA COSTA

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM
DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Psicopedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Márcia Paiva de Oliveira

João Pessoa
2014

C837a Costa, Djailma Silva da.

Adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência:
contribuições da Psicopedagogia / Djailma Silva da Costa. – João
Pessoa: UFPB, 2014.
67f.

Orientador: Márcia Paiva de Oliveira
Monografia (graduação em Psicopedagogia) – UFPB/CE

1. Inclusão escolar. 2. Currículo. 3. Psicopedagogia. I. Título.

UFPB/CE/BS

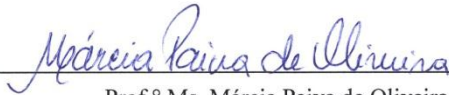
CDU: 37.016 (043.2)

DJAILMA SILVA DA COSTA

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM
DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a coordenação do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Psicopedagogia, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Ms. Márcia Paiva de Oliveira
Professor do departamento de Psicopedagogia/CE/UFPB
(Orientador)



Prof.º Ms. Tânia Lúcia Amorim Colella
Professor do departamento de Psicopedagogia/CE/UFPB
(Examinador)

Data da defesa: 18 de Agosto de 2014.

João Pessoa
2014

Dedico este trabalho a todos os indivíduos com deficiência, que sofrem com o modelo equivocado de inclusão, que ao invés de incluir, acabam excluindo. Dedico também a minha amada e querida família, pela inspiração e coragem.

AGRADECIMENTOS

Parece que foi ontem, mas já faz quatro anos que iniciei uma nova jornada: a tão sonhada graduação em uma universidade pública. Durante este tempo vivi momentos únicos com pessoas únicas e só tenho a agradecer.

Primeiramente ao meu amado Deus, por ser meu fortalecedor, meu guia, meu tudo. Por ser o desencadeador do meu crescimento pessoal e me permitir sempre vivenciar ricas experiências que ajudam no meu amadurecimento. Por seu infinito amor, cuidado e proteção. Por me fazer entender e lidar com minhas limitações e dificuldade. Por sempre me dá palavras de conforto que alimentam e fortalecem a alma e acalma o coração. No decorrer da caminhada fui fortalecida por uma palavra que me ajudou a permanecer firme e não desistir: "Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar" (Josué 1:9). A conclusão desta graduação é fruto da sua poderosa mão de Pai e amigo a me conduzir.

Aos meus amados pais, Dimaro e Marilene, pelo suporte, apoio tanto emocional como financeiro, pelo amor e paciência. Por estarem sempre comigo, me compreenderem e me conhecerem como ninguém. Por sempre ter me mostrado o caminho correto e que devo seguir e nunca me deixarem sozinha. Tudo que sou hoje, meus pais, devo a vocês.

Aos meus amados irmãos, Djane, Djaina e Djailson, por me aguentarem, me amarem e me apoiarem sempre. Por estarem sempre ao meu lado, me ajudando. Meu desejo é sempre ser um orgulho para vocês.

As minhas princesas lindas e amadas, Raissa e Mikaelly, por alegrarem os meus dias e me mostrarem os melhores e verdadeiros sorrisos deste mundo. Por me fazerem compreender que amor de tia é uma coisa maravilhosa e que não se explica. Quero viver para está sempre com vocês e dizer o quanto titia ama.

A minha vizinha, Maria José, por ser meu exemplo, meu espelho, meu orgulho. Por acreditar no meu sucesso e me apoiar em todos os momentos da minha vida.

A minha amiga, irmã, cúmplice e parceira, Vanuska, por estar sempre ao meu lado, me defendendo, apoiando emocionalmente, dando força para eu nunca desistir. Por me mostrar que amigos de verdade existem e são anjos na nossa vida. Muitas vezes chorei, me desesperei e você sempre firme me mostrando o quanto sou capaz e que não podemos desistir dos nossos sonhos. A você amiga dedico grande parte da conclusão deste curso.

A Jane, por ter acompanhado grande parte da minha vida, inclusive as minhas vitórias. Por ser minha amiga desde a infância e me conhecer quase ou tão igual aos meus pais. Por ser

aquela que mesmo distante permanece em meu coração. Sua amizade pra mim foi e sempre será imprescindível.

Ao meu namorado Ronney, por ser um presente de Deus em minha vida. Por seu auxílio, apoio em todos os momentos e amor constantes. Por compreender meus estresses, me entender e por está acompanhando o meu crescimento de tão perto. Por ser mais que um namorado, um amigo. Cada encontro, com você amor, fez valer a pena cada um dos segundos da elaboração deste trabalho.

As minhas amigas e companheiras de trabalho, Fernanda, pelos seus sorrisos diários e pela confiança; A Kassya, pela sua alegria e presença que transmite tranquilidade; a Fabíola, por suas sinceridades, sorrisos e carinho; A vera, por sempre está disponível para me escutar e aconselhar.

A Douglas Renato, por ter sido um anjo durante a elaboração do projeto de pesquisa para a realização deste trabalho.

A minha turma, por ter me permitido vivenciar momentos tão inesquecíveis e únicos, em especial minha galera do fundão que estiveram comigo em todos os momentos, fazendo com que tudo se tornasse mais fácil, ver o sorriso de cada uma, alegrava e alegre o meu dia. Lubiana, por ser minha TT mais linda do mundo e por me entender, as vezes acho que somos da mesma família, porque eu nunca vi parecer tanto; a Samara, por sempre está disposta a ajudar com sua doçura e paciência e por ter contribuído muito para a elaboração deste trabalho; a Camila, por ser a amiga mais rica e de sorriso mais lindo, aquela que transmite uma paz tão serena; a Karol, por sempre me fazer rir com suas novas descobertas e areações, era tão bom chegar na sala e saber de babados espetaculares; a Ingrid Gibelli, por ser a minha top e a mais bela; a Jaciara, por sempre ter sido uma mãezona, aquela que cuida, se preocupa, protege e ama; por fim a Yara, por ter me aguentado tanto durante tantos dias seguidos, dizer a você amiga, que hoje em dia está difícil encontrar no mundo pessoas iguais a você, que não mede esforços para ajudar o próximo, foi muito bom encontrar em ti esse apoio que tanto precisei para a realização deste trabalho. Agradeço a todas vocês, por me aguentarem e estarem sempre junto a mim, a força, apoio e amor, foi os ingredientes perfeitos para que eu pudesse chegar até aqui.

Dentre essa turma tão amada e querida, não poderia deixar de lembrar os meus amores, Joana e Isabel, pois com elas também vivi os melhores momentos dentro da universidade, elaborei os primeiros trabalhos, as primeiras apresentações. Elas me ensinaram que apesar de tudo, o que verdadeiramente importa são o carinho e amor que sentimos uma

pela outra e mesmo com a distância que nos afastam, vocês permanecem vivas em meu coração.

Agradeço a todos os professores, desde o jardim até a graduação, por terem contribuído no meu crescimento pessoal e profissional, com certeza vocês são responsáveis por eu ter chegado até aqui. Em especial, agradeço a minha orientadora, Márcia Paiva de Oliveira, pela paciência e credibilidade e por sempre acreditar que no final tudo dá certo, só desejo que tudo dê sempre certo em sua vida e que Deus abençoe grandiosamente.

A Tânia Colella, por ter aceitado meu convite tão especial em fazer parte da minha banca, a voe professora desejo um mar de rosas perfumadas para sempre alegrar os seus dias.

Por fim, as pessoas que se disponibilizaram de bom coração a participar deste estudo.

A todos vocês, meu muitíssimo obrigado!

EPÍGRAFE

Eu queria uma escola que cultivasse à curiosidade de aprender que é em vocês natural. Eu queria uma escola que educasse seu corpo e seus movimentos: que possibilitasse seu crescimento físico e sadio. Normal. Eu queria uma escola que lhes ensinasse tudo sobre a natureza, o ar, a matéria, as plantas, os animais, seu próprio corpo. Deus. Mas que ensinasse primeiro pela observação, pela descoberta, pela experimentação. E que dessas coisas lhes ensinasse não só o conhecer, como também a aceitar, a amar e preservar. Eu queria uma escola que lhes ensinasse tudo sobre a nossa história e a nossa terra de uma maneira viva e atraente. Eu queria uma escola que lhes ensinasse a usarem bem a nossa língua, a pensarem e a se expressarem com clareza. Eu queria uma escola que lhes ensinassem a pensar, a raciocinar, a procurar soluções. Eu queria uma escola que desde cedo usasse materiais concretos para que vocês pudessem ir formando corretamente os conceitos matemáticos, os conceitos de números, as operações... pedrinhas... Só por carinhas!... Fazendo vocês aprenderem brincando...

Oh! meu Deus! Deus que livre vocês de uma escola em que tenham que copiar pontos. Deus que livre vocês de decorar sem entender, nomes, datas, fatos... Deus que livre vocês de aceitarem conhecimentos "prontos", mediocremente embalados nos livros didáticos descartáveis. Deus que livre vocês de ficarem passivos, ouvindo e repetindo, repetindo, repetindo... Eu também queria uma escola que ensinasse a conviver, a cooperar, a respeitar, a esperar, a saber viver em comunidade, em união. Que vocês aprendessem a transformar e criar. Que lhes dessem múltiplos meios de vocês expressarem cada sentimento, cada drama, cada emoção.

Ah! E antes que eu me esqueça: Deus que livre vocês de um professor incompetente.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar como está se dando a adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência, a partir das contribuições da psicopedagogia. A escolha por trabalhar esta temática, se deve pela necessidade que o pesquisador sentiu-se em perceber, nos dias atuais a enorme preocupação que rodeia o mundo da inclusão no âmbito escolar, em especial a inquietação de muitos profissionais da educação frente à adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência na escola comum. A inclusão escolar de alunos com deficiência na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, propendendo à flexibilidade do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. Metodologicamente a pesquisa caracterizou-se em um delineamento do tipo levantamento, sendo de cunho qualitativo, com caráter descritivo e exploratório. Contou-se com a participação de 10 pessoas, com idade variando entre 27 e 50 anos. Trabalhamos especificamente com professores, psicopedagogo e supervisores da rede pública de ensino, da cidade de João Pessoa, todos do sexo feminino. Foi utilizada como instrumento a técnica de interrogação, mas especificamente o questionário. Espera-se com este trabalho trazer contribuições à área da Psicopedagogia e as áreas afins, bem como a educação inclusiva e aos alunos com deficiência que depende dela para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Currículo. Educação Inclusiva. Psicopedagogia.

ABSTRACT

The present study aims to investigate how you're giving curricular adaptation for the inclusion of students with disabilities, from the contributions of educational psychology. The choice of theme is working, should the need that the researcher felt to realize nowadays a major concern around the world of inclusion in schools, particularly the restlessness of many education professionals across the curriculum adaptation to the inclusion of students with disabilities in regular schools. The school inclusion of students with disabilities in regular classrooms involves the development of adaptive actions, propendo the flexibility of the curriculum, so that it can be developed effectively in the classroom, and meet the individual needs of all students. Methodologically the research was characterized in a complete survey of the kind, being a qualitative study with descriptive and exploratory. Was counted with the participation of 10 people, aged between 27 and 50 years. We work specifically with teachers, educational psychologist and supervisor of public schools, the city of João Pessoa, all female. The interrogation technique, but specifically the questionnaire was used as instrument. It is hoped that this work bring contributions to the field of Psychology and related fields, as well as inclusive education and students with disabilities who depend on it for their development.

Keywords: School Inclusion. Resume. Inclusive Education. Educational Psychology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA	15
	2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS.....	18
	2.2 A INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	21
	2.3 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR	24
3	O CURRÍCULO E A RESSIGNIFICAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA	27
	3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E LEGAIS.....	29
	3.2 ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA.....	32
4	CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA O PROCESSO INCLUSIVO E PARA A ADAPTAÇÃO CURRICULAR	35
	4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS DA PSICOPEDAGOGIA	37
	4.2 IMPACTOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA	42
	4.3 O FAZER PSICOPEDAGÓGICO JUNTO A READAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA	44
5	PERCURSO METODOLÓGICO	46
	5.1 O DELINEAMENTO.....	46
	5.2 PARTICIPANTES.....	46
	5.3 OS INSTRUMENTOS.....	46
	5.4 PROCEDIMENTO	47
	5.5 ANÁLISE DOS DADOS	47
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA	49
	6.1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO.....	49
	6.2 AS FALAS DOS EDUCANDOS DO GRUPO AMOSTRAL.....	49
	6.3 ENTENDIMENTO ACERCA DOS ACHADOS.....	51
7	CONSIDERAÇÃO FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	58
	ANEXOS E APÊNDICES	62

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como finalidade analisar a percepção dos profissionais da educação frente à adaptação curricular para o processo educativo do aluno com deficiência no contexto da escola inclusiva. É fato a importância da adaptação curricular para a inclusão, pois além da mesma proporcionar aos alunos oportunidades de aprender, constitui-se de possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem que cada um apresenta.

Nos últimos tempos, a pauta para o processo de inclusão para os educandos com deficiência, tem causado nos profissionais da educação e nos ambientes escolares, grandes preocupações, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas às adaptações curriculares, tendo em vista que cada escola deve construir possibilidades educacionais a partir da necessidade dos seus alunos e que assim, eles possam participar integralmente, em ambiente rico de oportunidades que proporcionem inteiramente a aprendizagem.

Desse modo, tornar real as adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. Identificar essas necessidades requer que os sistemas educacionais transformem não apenas as suas atitudes e expectativas a esses alunos, mas, especificamente, que se estabeleçam para construir uma escola real para todos, que dê conta dessas especificidades. A inclusão de alunos com deficiência na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, propendendo à flexibilidade do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. Diante disso, pergunta-se: Quais as competências e percepções dos professores e demais educadores da equipe técnica pedagógica acerca da adaptação curricular no contexto da escola inclusiva?

Neste aspecto, vale ressaltar que o conceito da Escola Inclusiva de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC/SEESP, 1998), sugere uma nova atitude da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, atos que beneficiem a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. No entanto, a escola torna-se responsável por capacitar, preparar, organizar e adaptar seus professores para oferecer uma educação de qualidade para todos, inclusive, para os alunos com deficiência.

Diante do exposto, a escolha por trabalhar está temática, se deve pela necessidade que o pesquisador sentiu em perceber, nos dias atuais a enorme preocupação que rodeia o mundo da inclusão no âmbito escolar, em especial a inquietação de muitos profissionais da educação frente à adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência na escola comum.

Tendo em vista, que para a Educação Inclusiva o aluno com deficiência deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais da classe, mesmo que de maneira diferente, cabendo ao educador fazer as necessárias adaptações.

O interesse em desenvolver uma pesquisa em torno da percepção desses profissionais no que se refere a essas adaptações, cresceu devido aos diversos relatos e insatisfação dos mesmos, no que diz respeito à dificuldade de adaptar materiais e dá atenção especial a alunos com deficiências, com salas de aulas super lotadas. Sabendo-se, então, que não existe apenas uma adaptação curricular, mas várias, pois para cada caso é realizada uma adaptação diferente, de acordo com a necessidade do aluno.

Sendo assim, acredita-se que esse é um tema proeminente, tendo em vista que as adaptações curriculares se referem à eliminação de barreiras metodológicas, que servem de pré-requisitos para que o aluno com deficiência possa frequentar a escola regular com autonomia e participar das atividades acadêmicas propostas para os demais alunos.

Desta maneira, o presente estudo, teve como objetivo investigar como está se dando a adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência, a partir das contribuições da psicopedagogia. Especificamente, pretende-se: a) Identificar, a partir das experiências dos profissionais, se está e como está acontecendo à adaptação curricular para inclusão escolar do aluno com deficiência; b) Analisar quais os fundamentos teórico-prático estão norteando a adaptação curricular no contexto da escola campo de pesquisa; c) Compreender nas práticas e falas dos profissionais sujeitos da pesquisa, o sentido da inclusão e do currículo adaptado.

Os termos *adaptação*, *readaptação* e *ressignificação curricular* serão abordados neste trabalho, levando em conta a visão de autores que estão discutindo esta temática. Por isso, é conveniente destacar que adaptação curricular é discutida em diversos termos, mas todos levam há um só significado.

Diante disso, o estudo que se segue foi estruturado em cinco momentos:

1. Introdução, em que se aborda uma breve descrição do que se trata o estudo, tais como: o problema de pesquisa; justificativa sobre a relevância científica, social e pessoal do tema; perguntas de pesquisa; objetivos geral e específicos;

2. Referencial Teórico, em que serão abordados, a partir da visão de diversos autores, os seguintes tópicos: Inclusão escolar do aluno com deficiência, tendo como subtópicos: Aspectos históricos, legais e conceituais, a inclusão e formação de professores e a inclusão de alunos com deficiência no cotidiano escolar; O currículo e a ressignificação curricular na escola inclusiva, trazendo os seguintes subtópicos: Aspectos conceituais, históricos e legais e adaptação curricular para o aluno com deficiência; Contribuições da Psicopedagogia para o

processo inclusivo e para a adaptação curricular, apresentando os subtópicos: Aspectos históricos, legais e conceituais da psicopedagogia, impactos da intervenção psicopedagógica para o desenvolvimento do aluno com deficiência e o fazer psicopedagógico junto à readaptação curricular na escola inclusiva;

3. Percurso metodológico, que descreve o caminho percorrido para chegar aos resultados da pesquisa, estando subdividido em diferentes sessões: o delineamento, participantes, instrumento, procedimento e análise de dados; 4. Resultados e discussões, em que serão discutidos os achados da pesquisa, enfatizando a visão de diversos autores no que se refere aos dados encontrados.

E por fim as considerações finais, em que se enfatiza a partir dos achados a verdadeira contribuição da psicopedagogia, a contribuição para futuros estudos e as limitações para realização do mesmo.

Historicamente, é facilmente possível encontrar na literatura autores que abordem a importância da adaptação curricular frente à inclusão efetiva do educando que possui deficiência para seu processo educativo, e assim o necessário trabalho e contribuições da atuação psicopedagógica em torno deste tema. Discutir a relação de ambos é uma forma de reflexão sobre a ação psicopedagógica no ambiente educacional inclusivo.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Atualmente o processo de inclusão escolar vem sendo um dos assuntos mais discutidos e pautados mundialmente, em especificidade pelos profissionais do ramo da educação, que todos os dias promulgam suas diversas ideias, causando grandes controversos sobre o seu verdadeiro favorecimento para o desenvolvimento do aluno deficiente. Assim, pode-se destacar que ao mesmo tempo em que a inclusão é atribuída pelo sistema educativo, este não proporciona a menor estrutura para que esse processo seja realmente eficaz. Com isto, tanto os professores como os alunos com deficiência, tendem a se desencontrar, ocasionando uma aprendizagem não efetiva, e os alunos continuando sendo atendidos improvisadamente e precisando buscar por si só respostas para os problemas encontrados durante a trajetória. (SENO, 2009).

Desse modo, Frias e Menezes (2008) destacam que é um enorme desafio, fazer com que a inclusão aconteça, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o progresso na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do sujeito com deficiência. Vale ainda ressaltar que a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, alimentada em que as escolas, enquanto identidades educativas devem atender as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem seus atributos pessoais, psicológicas ou sociais, independente de ter ou não deficiência (SÁNCHEZ, 2005).

Neste aspecto, Sánchez (2005) enfatiza que “[...] todos os alunos têm o mesmo direito a ter acesso a um currículo culturalmente valioso e em tempo completo, como membros de uma classe escolar e de acordo com sua idade.” Ainda destaca que a educação inclusiva deve ser compreendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como uma forma de assegurar aos educandos, que expõem alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular (SÁNCHEZ, 2005).

Desta maneira, segundo Seno (2009), o aluno deficiente dentro de uma sala de aula, que não esteja agregado aos demais, começa tendo suas limitações destacadas de forma que suas diversidades pareçam acentuar-se ainda mais, representando um prejuízo para todos.

Assim, Frias e Menezes (2008) destacam que:

A legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar

essas matrículas, assegurem também à permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

Portanto, a garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, uma dimensão da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Para Frias e Menezes (2008) “[...] respeitar a diferença e manter a ação pedagógica torna-se um desafio no desenvolvimento do trabalho com alunos que apresentam algum tipo de deficiência”.

Nesta visão, do ponto de vista de Seno (2009), o sucesso do processo da inclusão, está diretamente ligado à possibilidade de reconhecer as diferenças e aceitá-las. Isso não significa as ignorar, isso não significa depositar crianças com deficiência na sala de aula regular e aguardar que elas aprendam pela proximidade com seus companheiros da mesma idade. Respeitar as diferenças é dar oportunidades aos recursos necessários para que o indivíduo aprenda. Desse modo, a inclusão de educandos com deficiência na escola comum provém das possibilidades de se conseguir avanços significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adaptação das técnicas pedagógicas à diferença dos aprendizes.

Entretanto, vale salientar, que será necessária a democratização da escola no que se refere à inclusão do aluno com deficiência. Sabe-se que é de pleno direito que todas as pessoas, inclusive aquelas que se julgam “diferentes” sejam matriculadas na escola regular, como propõe a Educação inclusiva, baseando-se no princípio de educação para todos, no entanto, é essencial o cuidado para não admitir-se uma ideia falsa de escola democrática. “A escola só será mais democrática à medida que acolher, educar e ensinar a todos, ao mesmo tempo em que respeite as diferenças individuais, estimulando em especial o desenvolvimento da capacidade do aluno de aprender a aprender” (CARVALHO, 1999).

Assim, o autor ressalta que “a inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transforma-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania”.

Correia (2001, *apud* SOUZA, 2010) argumenta que, no que se refere à escola inclusiva, é necessário apoiar-se em quatro pressupostos essenciais:

Atitudes: O autor compreende neste aspecto, que todos os profissionais, que trabalham na escola devem acreditar no sucesso dos seus alunos, em especial dos que têm algum tipo de deficiência, “[...] responsabilizando-se pelos resultados que cada um deles obtém em termos de aprendizagens”. Além disso, é dever da escola “[...] elaborar um

conjunto de medidas que reflita os seus valores e que permita responsabilizar todos os envolvidos no processo educativo dos alunos”. (p.128)

Formação: este se destaca a formação dos profissionais da escola e mais especificamente dos professores. O autor assinala a necessidade de investimentos e mudanças desde a formação inicial para que desde cedo o professor considere a ideia de responder às necessidades de todos os alunos, adaptando o currículo e as práticas de ensino. Além disso, alerta para a necessidade de formação especializada e de formação continuada para a atualização e ampliação dos conhecimentos.

Colaboração: este aspecto encontra-se o trabalho multidisciplinar, em que tem por finalidade aproximar os profissionais de educação e todos aqueles que estão diretos e indiretamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem e as famílias para conjuntamente encontrar táticas educacionais para responder de forma adequada às necessidades dos alunos.

Recursos (humanos ou materiais): no que diz respeito aos recursos, neste é importante destacar a colaboração de todos os profissionais que estão ligados à educação, um dos pontos essenciais para a efetivação deste aspecto. Entretanto, a inclusão do aluno com deficiência, além de requerer transformações nas atitudes e costumes da comunidade escolar, ainda exigem formação continuada e especializada dos profissionais e a colaboração destes entre si, para que os recursos em termos de ações pedagógicas sejam adequados para que os educandos prossigam em sua escolarização.

Para Correia (2011, *apud* SOUZA, 2010),

Evidentemente, o ambiente – seja ele físico-arquitetônico, psicossocial ou sociocultural – precisa adequar-se para incorporar pessoas com toda a variedade de diferenças, em suas características. Por outro lado, é imprescindível também o empenho no sentido de cada uma das pessoas, equacionando convenientemente as diferenças que possa apresentar, seja capacitada para adequar-se às demandas do meio.

Assim, é de extrema importância esse equilíbrio, em que há empenhos de ambas as partes. É necessário à pessoa que apresenta quaisquer limitações, “[...] tentar atender às demandas do meio para não incidir no risco de, ao ter tudo adequado para si, cairmos numa prática de assistencialismo, onde se legitima a incapacidade desses sujeitos”. Desta mesma forma, tem que ser na escola: “[...] se adéqua para receber o aluno, mas também o prepara para atender às demandas e objetivos propostos comumente para todos”. No entanto, “[...] a maior intenção de uma proposta educativa é educar para a autonomia de acordo com as peculiaridades do alunado” (SOUZA, 2010).

Gonçalves (2006) concorda com o dito, quando enfatiza que, para ser eficaz o processo de inclusão escolar, é necessário que existam esforços e mudanças de todos que estão ligados ao mesmo. A inclusão escolar do aluno com deficiência implica transformação no foco que até então estava centralizado no educando e que deve passar a centralizar no educador, na escola e no sistema, a procura de caminhos e mecanismos que venham garantir o acesso, permanência e a qualidade de ensino para alunos com deficiência em classe comum.

Portanto, para Gonçalves (2006) a educação inclusiva não surgiu ao acaso. Na veracidade “[...] ela é um produto histórico de uma época e realidade educacional contemporânea que exige o abandono dos nossos estereótipos e preconceitos para a compreensão do outro”. Assim, “[...] o principal valor que permeia a ideia de inclusão é o princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa”.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS

Percorrendo pelos períodos da história universal que cercam o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência, entende-se que um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e inclusão escolar e social. Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido separadamente ou então, simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidades. A educação especial, quando existente, também era mantida afastada em relação à organização de serviços educacionais.

Assim, o MEC concorda quando enfatiza que os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre ficaram em situação de maior desvantagem, ocupando, no pensamento da sociedade, a posição de alvos da beneficência e assistência social, e não como sujeitos de direitos sociais, entre os quais está incluído o direito a educação. Neste sentido, pode-se destacar que ainda nos dias atuais verifica-se a dificuldade de aceitação do diferente tanto no ambiente familiar, como no escolar e social (BRASIL, 2001).

De acordo com Frias e Menezes (2008), na Antiguidade, até meados do século XV, na Grécia era considerado um período de enorme exclusão social, pois crianças que nascessem com alguma deficiência eram abandonadas, jogadas em esgotos e até mesmo eliminadas, sendo privadas de todas as formas do direito ao convívio social. Na Idade Média, pessoas com deficiência também eram marginalizadas, qualificadas como inválidas, perseguidas e mortas, alguns deficientes encontravam abrigos nas igrejas. Na mesma época, os deficientes ganham uma função: bobos da corte. Martinho Lutero defendia que deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigos para ser purificados. No entanto, na maioria das vezes os

familiares, por medo, preferiam escondê-las e privá-las da vida comunitária e social. “A ideia de promover aos filhos, qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma prática comum”.

Conforme Jannuzzi (2004) do século XVI ao XIX, indivíduos deficientes continuam isolados do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues. Surge o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, mas todas as instituições dessa época não passam de prisões, sem tratamento especializado nem programas educacionais. No Brasil por volta do século XVIII, o atendimento a pessoas com deficiência limitava-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais (FRIAS; MENEZES, 2008).

Ainda no século XVII, surge a concepção do sujeito com deficiência como doente. “Nessa época passa a vigorar o modelo médico segundo o qual, as pessoas com deficiência precisavam ser curadas, tratadas, reabilitadas e habilitadas a fim de adequarem-se a sociedade como ela é, sem modificações” (SASSAKI, 1997, *apud* GONÇALVES, 2006).

No século XX, os portadores de deficiências passam a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sob uma ótica assistencial e caridosa. A primeira diretriz política dessa nova visão aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Todo ser humano tem direito à educação”. A educação inclusiva tem início nos Estados Unidos com acesso a Lei 94.142, de 1975, que constitui a transformação dos currículos e a concepção de uma rede de informação entre escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas. No ano de 1978 Pela primeira vez, uma emenda à Constituição Brasileira trata do direito da pessoa deficiente: “É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita” (SAMPALIO, 2005).

A Educação Especial no Brasil aparece pela primeira vez em reconhecimento pelos direitos dos deficientes a educação na LDB 4.024/61. A Lei aponta que a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação (GONÇALVES, 2006). Assim, Frias e Menezes (2008) destacam que nos anos 80 e 90, Declarações e tratados mundiais passam a defender a inclusão em larga escala. A Assembleia Geral das Nações Unidas lança o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, que recomenda: “Quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal”. No Brasil, o interesse pelo assunto é provocado pelo debate antes e depois da Constituinte. A nova Constituição, promulgada em 1988,

garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, os mesmos autores salientam que por volta de 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março na cidade de Jomtien, na Tailândia, prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, camponeses, refugiados, negros, índios, presos e deficientes) a universalização do acesso, promoção da igualdade, ampliação dos meios e conteúdos da Educação Básica e melhoria do ambiente de estudo. O Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reitera os direitos garantidos na Constituição.

Em 1994, Em junho, dirigentes de mais de oitenta países se reúnem na Espanha e assina a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia dos direitos educacionais. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como meio mais eficaz de combate à discriminação. E determina que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas (FRANCO *et al*, 2002).

Este documento descreve que “[...] todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental a educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento”. Também destaca que “[...] os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham vista toda gama dessas diferentes características e necessidades” (BRASIL, 2001).

Em 1996, foi ajustada à legislação Federal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, em que aponta que a educação dos portadores de deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 59, destaca que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência:

- I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;
- III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos em classes comuns;

- IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida na sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam habilidade superior artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para os respectivos níveis do ensino regular.

Desta forma, o termo “Educação inclusiva” vem sendo uma sugestão de aplicação prática ao campo da educação de uma oscilação mundial denominado como “inclusão social”, ligado à edificação de uma sociedade democrática, de resistência contra a exclusão de qualquer minoria. “Tal movimento teve início a partir da segunda metade da década de 1980 nos países mais desenvolvidos e tomou impulso na década de 1990 nos países em desenvolvimento como o Brasil”. Desta forma, é essencial enfatizar que o processo de inclusão não surgiu por acaso. Na veracidade ele é um produto histórico de uma época e realidade educacional atualizada que exige a renúncia dos nossos estereótipos e preconceitos para a compreensão do outro (GONÇALVES, 2006).

Assim, de acordo com sua etimologia, “Inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*) significa conter em, compreender ou participar de”. Masini (2009, sem paginação *apud* SOUZA, 2010) enfatiza que a partir de seu significado, “[...] inclusão escolar diz respeito ao ato de incluir e à condição de o aluno sentir-se contido na escola, participando e contribuindo com seu potencial para projetos e programações da instituição”. Nesta visão, a inclusão é enxergada como uma proposta interacionista, em que tanto a escola se adéqua como o aluno participa de sua escolarização (SOUZA, 2010).

Nessa vertente, o Referencial Curricular Nacional (2000), define a inclusão, “[...] por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno”. A inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os alunos com deficiência na escola regular, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor, a equipe e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

2.2 A INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para empreender e cultivar essa transformação, que é a inclusão, a escola e os profissionais da educação, em especial o professor assume um papel fundamental neste processo. Assim, é importante destacar que para uma efetiva implementação deste processo,

faz-se indispensável uma intensa reorganização no âmbito escolar, que vai além de acolher crianças com deficiência na escola ou até mesmo realizar adaptações físicas ou curriculares de pequeno porte, que se limitem apenas a sala de aula, sem contribuição, para que haja uma verdadeira modificação na dinâmica dos processos pedagógicos, nem da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar (SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

Para os supracitados autores, “[...] esta reorganização requer, entre outras medidas, a redução do número de alunos por turma, nova infraestrutura e a construção de novas dinâmicas educativas”. Portanto, a complexidade submergida neste processo, avigora a importância da formação dos professores frente à inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, o que se torna um fator chave para propiciar as mudanças exigidas pela educação inclusiva. De maneira geral, os diversos teóricos que discutem sobre o tema, advertem “[...] a importância da qualificação profissional do professor, apontando, como uma das principais barreiras para a efetiva inserção dos alunos deficientes no sistema regular de ensino, o despreparo dos professores para receber esta clientela” (SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

Complementando o exposto, Silva e Reis (2011) advertem que um dos maiores desafios que se coloca para a inerte inclusão escolar de sujeitos com deficiência é realmente a falta de preparação de uma ampla parte dos professores e, mais especificamente, a falta de uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva. “É comum ouvir de muitos professores que não estão ou não se sentem preparados para lidar com alunos com diferentes necessidades educativas”.

Entende-se, então, que conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os alunos com deficiência devem receber atendimento especificado para atingirem as finalidades da educação escolar proposta, não podendo ser criada uma nova forma de discriminação, nem tão pouco ignorar uma real situação de diferença, desrespeitando sua existência e complexidade. Mas ao mesmo tempo, para que esta perspectiva seja eficaz, a escola, que é a primeira mediadora neste processo, tem que preparar e conscientizar o professor no seu verdadeiro papel, para que ele seja capaz de responder aos novos desafios educacionais, no campo da educação inclusiva, alertando que se faz necessário uma mudança de postura, assim como uma necessidade de aceitação incondicional do sujeito deficiente e uma reflexão sobre uma nova forma de se relacionar, de como ensinar e avaliar (SOUZA e OLIVEIRA, 2008).

Neste aspecto, diversas pesquisas realizadas, em especial no Brasil, vêm revelando que os professores, apesar de se sentirem sensibilizados com os educandos deficientes, mostram-se pouco capacitados para atendê-los, pois “[...] a formação que receberam, habilitou-os a

trabalhar sob a hegemonia da normalidade e não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas” (CARVALHO, 2004).

Decorrendo sobre a mesma perspectiva, em um levantamento de dados realizado na Universidade Federal da Paraíba, neste mesmo ano, especificamente, na coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia, pode-se constatar que nos dias atuais desde a formação inicial, os professores ainda não têm a preparação específica, real e necessária para o processo de inclusão educacional. É de extrema importância destacar que dentre sua matriz curricular, que está composta por 55 disciplinas entre optativas e obrigatória, apenas 1 está direcionada para a educação inclusiva.

Assim, de acordo com relatos de alguns alunos que já estão concluindo e que já concluíram o curso, as disciplinas que abordam o tema em discussão não são levadas em conta à complexidade do processo e sua realidade. Em discurso uma aluna concluinte A, relatou o seguinte: “[...] as disciplinas abordadas por nossos mestres não nos faz sentir-se preparados para encarar a realidade, somos na maioria das vezes preparados para trabalhar a normalidade”. Ressaltando o discurso da aluna concluinte A, uma aluna formada no semestre de 2013.1, fez o seguinte relato: “[...] as disciplinas cursadas na universidade não foram o suficiente para suprir minhas necessidades de conhecimento sobre essa área, portanto, não me auxiliou, muito, a trabalhar com os sujeitos com deficiência”.

Nesse sentido, Silva e Reis (2011), salientam que “[...] é relevante expor que a formação inicial é um importante momento na formação docente, pois é nesse período que o futuro professor tem a possibilidade de se familiarizar com conhecimentos de situações que provavelmente enfrenta ou enfrentará no seu fazer pedagógico”. Porém, é essencial advertir que exclusivamente essa formação não será suficiente para o desenvolvimento e ampliação de habilidades que garantam o sucesso de uma prática pedagógica que contemple princípios inclusivos. “Tais competências para uma gestão inclusiva só poderão ser adquiridas por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva”.

Rodrigues (2006) é explícito ao defender que a ampliação e desenvolvimento de competências para a Educação Inclusiva, ainda que possa ter uma fase de sensibilização na formação inicial, só poderá ser inteiramente adquirido ao longo de uma prática em serviço. “Prática esta que deve ser permeada continuamente de reflexão e mudanças”. Justamente por esse motivo, vale advertir que a formação do profissional docente não pode, nem deve se abreviar e tampouco acabar com a formação inicial. Adverso, deve se ampliar também a uma formação continuada, pois o educador é um profissional que deve estar sempre em formação e preparação para atender as diferentes necessidades educacionais da atualidade.

Nesta vertente, Rodrigues (2006) ainda enfatiza que a Declaração de Salamanca (1994, p. 11), exhibe uma apreensão e preocupação no que se refere à formação de professores para a educação inclusiva e faz um apelo direcionado aos governantes para “assegurar que num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais nas escolas”. No entanto, quando se trata da inclusão, os aspectos vinculados à formação do docente devem ser especialmente considerados, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com deficiência. Destarte, conforme ressalta Rodrigues (2006), “[...] formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”.

Assim, Velanga e Silveira (2013) salientam que a formação de professores é uma questão cáustica, deve ser debatida e chegar ao país novos patamares no redimensionamento das políticas públicas de formação docente, de empregabilidade, de carreira do profissional educador, favorecendo a qualidade do ensino desde a formação à profissionalização.

Desse modo, na ótica da autora deste trabalho, embora a inclusão seja um direito universal, explícita em Leis, ainda passa por um processo de adaptação constante, que vai desde a aceitação da sociedade até a formação inicial e continuada dos nossos mestres educacionais. Vale ressaltar que formação docente é imprescindível para a educação inclusiva, pois os professores do ensino regular necessitam receber, na sua formação, alguns conhecimentos fundamentais sobre alunos com deficiência e recursos especializados para o trabalho efetivo de tais alunos, sem falar das experiências pedagógicas que faz uma enorme diferença para a suas ações (SOUZA; OLIVEIRA, 2008).

2.3 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR

Nos últimos tempos, as mudanças ocorridas no ambiente educacional e na legislação que conduz o sistema educacional brasileiro, mostram a intensa necessidade de incluir todos os educandos com deficiências nas salas de aula regulares das redes existentes de ensino. Este processo parte do pressuposto de que todos os alunos devem ser respeitados e aceitos independente de suas características, dificuldades e diferenças, sejam elas quais forem (MEDEIROS, 2013). Assim, Mantoan (2011, p. 20) concorda quando enfatiza que “[...] toda criança ou adolescente, mesmo que apresente características muito diferentes da maioria, precisa conviver e se desenvolver com sua geração, sendo que o espaço privilegiado para que isso ocorra é a escola”.

Neste aspecto, Mantoan (2007, p. 145) observa, que:

[...] a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Para Medeiros (2013), a perspectiva da inclusão do aluno com deficiências na escola regular denota progredir para um singular sistema educacional, que seja mais diversificado, superando assim, a atual separação entre programas e modalidades diferenciados, orientados a diferentes grupos.

No entanto, na concepção de Frias e Menezes (2008) a garantia de uma educação de qualidade para todos independentes que sejam portadoras de deficiência ou não implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que incide não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. “Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir”.

Nesta perspectiva, Medeiros (2013) informa que a educação dos indivíduos com deficiências demanda ações especializadas da escola, paralelamente ao emprego de opções e de metodologias pedagógicas variadas que permeiam as múltiplas maneiras de organização do sistema educacional. Porém, não basta inserir os alunos com deficiências no ensino regular. “É necessário que a escola regular seja reestruturada para esse fim, de modo que seja capaz de proporcionar a essa clientela um ensino de qualidade”.

Desta forma, de acordo Frias e Menezes (2008), o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com deficiência e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, sabe-se que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitos debates relativos ao tema. Muitos dos ambientes escolares não proporcionam ao educando com deficiência uma aprendizagem eficaz.

Neste sentido, Medeiros (2013) informa que muitas vezes “[...] os alunos com deficiências não encontram na maioria dos espaços públicos escolares, nada que possa proporcionar-lhe condições mínimas de aprendizagem e desenvolvimento, pois as diretrizes não condizem com a realidade”. Para a autora, é importante destacar que outro fator que faz com que o aluno com deficiência venha a se evadir da escolar ou que venha a causar o fracasso escolar, é a falta de profissionais habilitados e especializados para trabalhar essa situação.

De tal modo, para que isto não possa acontecer é necessário que a escola seja capaz de oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes, baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos seus alunos. Este é mais um dos desafios que a educação inclusiva enfrenta em seu cotidiano (MEDEIROS, p. 28, 2013).

Portanto, pode-se perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais (FRIAS; MENEZES, 2008).

Dando seguimento, no próximo tópico abordaremos o currículo e a ressignificação curricular na escola inclusiva, em que será destacada em ênfase a contribuição e importância do currículo adaptado para a efetiva inclusão do aluno com deficiência no contexto da escola.

3 O CURRÍCULO E A RESSIGNIFICAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA

As mudanças propostas pela Escola Inclusiva implica um atendimento a uma população cada vez mais diversificada e heterogênea, em que todos devem obter uma resposta qualificada para as suas necessidades educativas, por meio das ressignificações curriculares ao Currículo formal apresentado no âmbito escolar. Desta maneira, as escolas devem incluir nos seus projetos educativos as ressignificações curriculares relativas ao processo de ensino e aprendizagem, necessárias para responder adequadamente aos sujeitos com deficiência, com vista a aperfeiçoar a sua participação nas atividades escolares (CRÓ, 2009).

A esse respeito, Omote (2003) vem advertir que “[...] a educação inclusiva é, antes de mais nada, ensino de qualidade para todos os educandos, cabendo à escola a tarefa de desenvolver procedimentos de ensino e adaptações no currículo”. Nesta perspectiva, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001), a ressignificação curricular, se torna fundamental, pois são através dela que os alunos com deficiência terão acesso as atividades que irão possibilitar o acesso ao ensino, à cultura, ao exercício da cidadania e à inserção escolar e social produtiva.

Uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em salas de aula regulares. Educar todos os alunos em salas de aula regulares significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades; recebem todo o apoio e ajuda de que eles ou seus professores possam da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. Mas uma escola inclusiva vai, além disso. Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 2007).

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), enfatiza que “[...] o plano teórico-ideológico da escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino”. Assim, “[...] a educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência – com êxito – do aluno no ambiente escolar; que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades”. Entretanto, por isso é essencial destacar importância da ressignificação curricular na escola inclusiva, pois direcionam a prática pedagógica para alternativas exclusivamente especializadas, ou seja, para alunos com deficiência, a resposta educacional adequada consiste em serviços e recursos especializados.

No entanto, o currículo em qualquer processo de escolarização transforma-se na síntese básica da educação e é um fator de grande importância para nortear o fazer educativo no contexto da escola inclusiva. Destarte, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), enfatiza que “[...] a aprendizagem escolar estar diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes”. O currículo é uma ferramenta útil, que pode ser adequado de acordo com cada necessidade, beneficiando assim, tanto o desenvolvimento pessoal como social dos alunos.

Para Pacheco (2005) “[...] o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas/administrativas, econômicas culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas”.

Deste modo, pensar em ressignificação curricular, significa ponderar o cotidiano das escolas, levando-se em consideração as necessidades e capacidades dos seus educandos e os valores que orientam a prática pedagógica. (BRASIL, 1998). É imprescindível ressaltar que, é através da ressignificação do currículo, que a escola inclusiva vai aperfeiçoar sua ação pedagógica sem considerar a educação especial uma parte separada da educação e assim poder, a partir desta prática, oferecer uma educação de qualidade aos educando com deficiência. Também se faz necessário que a escola assuma responsabilidade com seus profissionais, para que sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional que prognostiquem as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com sua necessidade específica (BRASIL, 1999).

Neste aspecto, vale ressaltar que todos os alunos independentes que tenha ou não deficiência, devem ter acesso a um currículo básico e rico em conteúdos, embora as estratégias específicas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos precisem ser baseadas em modos de aprendizagem individuais de acordo com a habilidade e potencialidade de cada um.

No entanto, Pereira e Moura (2005) advertem que não adianta as escolas abrirem diversas manifestações em torno da ampliação e adaptação do currículo, se a mesma não considera o “conhecimento como conhecimento”, não apenas como instrumento para a formação, para conscientização e para a promoção do indivíduo. Do mesmo modo, o conhecimento não pode ser tido, simplesmente, como meio de tornar o ser humano mais humano, em que um currículo esteja apenas centrado no aluno ou nas atividades. É necessário “incluir tanto a preocupação com conteúdos significativos, que levem em conta os interesses e

necessidades do aluno, como a preocupação com a sequência de conteúdos, necessária a uma apreensão lógica e ordenada dos mesmos”.

Consequentemente, inserir os alunos com deficiência na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão e assim obter resultados para uma escola inclusiva, devendo ser seguido de medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e ao conhecimento proposto na vivência escolar. “Traduzido na prática, é preciso acionar os meios que efetivamente possibilitem a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo” (CARVALHO, 1999).

Portanto, “[...] o currículo é elemento integrante da parte administrativa e pedagógica da escola, uma vez que estão inter-relacionadas”. Deste modo, a ressignificação curricular passa a ser na escola inclusiva, uma flexibilidade e contribuição para a remoção de barreiras no que diz respeito a aprendizagem dos educandos deficientes. Pode-se dizer que, é a partir desta mudança que está o sucesso da aprendizagem dos alunos independentes de suas diferenças, e tanto a escola como os educadores poderão passar um “ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, conexional, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber” (MANTOAN, 2002).

3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS, HISTÓRICOS E LEGAIS

Adaptação curricular são modificações nos recursos pedagógicos, espaciais, materiais e de comunicação que vão contribuir para que os alunos com deficiência possam desenvolver suas potencialidades, facilitando de maneira positiva o aprender (CRÓ, 2009). Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) argumenta que a adaptação curricular tem como proposta procurar auxiliar a prática docente sugerindo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento, elaboração e desenvolvimento dos conteúdos, no perpassar de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno que tem ou não algum tipo de deficiência.

Sendo assim, os mesmos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), descrevem que “[...] essas adaptações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem”.

Nesta perspectiva, Pereira e Moura (2005) concordam quando argumentam que adaptação curricular está relacionada “[...] a formação de sujeitos capazes de construir, de

forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca”. Sendo assim, a finalidade é favorecer a construção de um currículo que promova a inclusão e garanta aos educandos o acesso e permanência com qualidade na escola, a partir das necessidades, experiências e vivências próprias de cada fase do desenvolvimento humano.

Entretanto, sabe-se que as discussões sobre o currículo e os diferentes significados do conceito vêm sendo objeto de inúmeras pesquisas e discutidos mundialmente por diversos autores. Sendo assim, segundo Stainback e Stainback (2007), entre 1900 e 1930, espalhou-se a ideia de que pessoas com deficiência tinham intenções criminosas e eram as mais sérias ameaças à sociedade, devido à sua composição genética. Nesta mesma época foi encorajado o currículo escolar fundamentado nas necessidades ou nos níveis de habilidade do aluno e a expansão das classes especializadas nas escolas públicas.

Segundo os autores acima, o currículo escolar fundamentado nas necessidades ou nos níveis de habilidades do educando era empregado frequentemente para relegar os sujeitos pobres e em condições de desvantagem e ambientes inferiores, não-acadêmicos. “Eram feitas exceções à educação obrigatória, que afetava principalmente as crianças dos grupos socioeconômicos inferiores”. As classes especiais para o sujeito deficiente tornaram-se uma das características das escolas públicas. Conforme Chaves (*apud* STAINBACK e STAINBACK, 2007), essas classes especiais “[...] não surgiram por razões humanitárias, mas porque essas crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular”.

Entretanto, em 1972, “[...] pela primeira vez, e em uma base ampliada, as restrições impostas pela instituição segregadas, pelas escolas especiais e pelas classes especiais foram representadas como problemática. Daí a roda da mudança havia começado a girar” (STAINBACK; STAINBACK, 2007).

Contudo, ao longo dos séculos a escolarização dos indivíduos que possuem diversos tipos de deficiência foi se modificando e apresentando diversas transformações no que se refere à Lei que regulamenta o processo de inclusão mundialmente. Caneja e Apodaca (2002) relatam que essa mudança começa a partir do ano de 1982 com a Lei de Integração do Deficiente (LISMI). Essa lei determinava que o deficiente devesse se integrar no sistema comum de educação, recebendo os programas de apoio e recursos que necessite. “Por outro lado, a escolarização em centros de educação especial se ministrará só quando resultar impossível a integração no sistema ordinário”.

Segundo os autores acima, em 1990, a Lei de Ordenação Geral do Sistema Educativo (LOGSE) constitui que o sistema educacional precisa dispor dos recursos necessários para

que os sujeitos com deficiência possam obter, dentro do sistema, as finalidades estabelecidas com caráter geral para todos os alunos. Neste sentido, vale ressaltar que os docentes têm que estar adequadamente preparados, as instituições deve contar com uma adequada organização escolar e com os recursos materiais e físicos necessários para favorecer a aprendizagem de todos os alunos por igual. Além disso, é preciso que as equipes de profissionais da educação, em especial os professores realizem as apropriadas adaptações curriculares necessárias para que os indivíduos alcancem os fins da educação inclusiva.

No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) destacam que em 1996, foi mantida, uma parte diversificada da sociedade a fim de contemplar as particularidades locais, a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos educandos. Era responsabilidade dos Estados à formulação de propostas curriculares que serviriam de base às escolas estaduais, municipais e particulares situados em sua região, compondo, assim, seus referentes sistemas de ensino. “Essas propostas foram, na sua maioria, reformuladas durante os anos 80, segundo as tendências educacionais que se generalizaram nesse período”.

Todavia, Caneja e Apodaca (2002) salientam que em 1999, a Lei de Solidariedade da Educação foi regulamentada com a pretensão de melhoria na qualidade da atenção que recebem os sujeitos com deficiência. De tal modo, para que a igualdade de oportunidades de todos os alunos seja um acontecimento, esta lei ajusta uma série de performances compensatórias como programas de especialização do professorado ou para a elaboração de materiais adaptados, para assessorar as famílias, para refeições ou transporte, etc.

Os autores ainda ressaltam que no ano 2002, a Lei Orgânica de Qualidade da Educação, constitui que os alunos com deficiência que demandem, em um período de escolarização ou ao longo da mesma, são determinados apoios e cuidados educativos específicos, por ter deficiências físicas, psíquicas, sensoriais ou por manifestar graves transtornos da personalidade ou de conduta, terão uma atenção especializada acalcanhadas nos princípios da não discriminação e normalização educativa, com a intenção de conseguir sua integração no âmbito escolar. Sendo assim, “[...] para atingir esse efeito, as administrações educativas dotarão a estes alunos do apoio preciso do momento de sua escolarização ou da detecção de sua necessidade” (CANEJA; APODACA, 2002).

Desta forma, em um comprimento globalizado da escola e na capacidade do seu projeto pedagógico, a gestão escolar, os currículos, os conselhos escolares, a parceria com a comunidade escolar e local, dentre outros, precisam ser revistos e redimensionados, para fazer frente ao contexto da educação para todos. “A lei nº 9.394 – de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional – respalda, enseja e oferece elementos para a transformação requerida pela escola de modo que atenda aos princípios democráticos que a orientam” (BRASIL, 1998).

Atualmente a visão de currículo adotada na instituição escolar passa “[...] pela formação ampla do ser humano levando em consideração as suas diferenças individuais, sua bagagem cultural, os conteúdos necessários à sua formação e de todas as mudanças pelas quais o mundo vem passando”. Os conteúdos disciplinares “[...] devem ser trabalhados de forma interativa, interdisciplinar e contextualizada” (STAINBACK; STAINBACK, 2007).

Neste aspecto, Carvalho (1999) enfatiza que é indispensável destacar que, “[...] no Brasil, os procedimentos de adaptações curriculares estão respaldados pela Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Cap. V, Art. 59)”. A educação inclusiva, entretanto, não se esgota na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, de percepção e de concepção dos sistemas educacionais. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas, organização e ações de operacionalização do trabalho educacional.

Deste modo, o MEC (BRASIL, 2001) adverte que “[...] a educação tem nos dias atuais, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive os portadores de deficiência”. Portanto, ao longo dessa trajetória, “verificou-se a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar as respostas às necessidades educacionais de todos os alunos”.

3.2 ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Para que o processo de inclusão possa ser direcionado ao atendimento com eficácia dos alunos que apresentam deficiência, no atual modelo escolar, devemos repensar a instituição escolar e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de todos os alunos e professores. Sendo assim, “[...] é preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta” (FRIAS; MENEZES, 2008).

Porém, de acordo com os autores acima, é possível estabelecer algumas adaptações que possam de tal modo, contribuir de forma simplificada, prática e abrangente às várias situações, dificuldades e necessidades especiais existentes no âmbito escolar, uma vez que os alunos com deficiência, já estão presentes na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que o espaço escolar, seja um ambiente rico e eficaz da aprendizagem.

Neste sentido, adaptar um currículo para muitos pode ser representado por uma forma de reorganizar conteúdos e metodologias a serem vivenciados com aprendentes que apresentam alguma deficiência, tendo como objetivo não predeterminar se o sujeito tem ou não condições de aprender (COSTA, 2009).

Nesta perspectiva, Sá (2008) salienta que as propostas de adaptações curriculares apresentadas pelo MEC, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial propõem a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar, baseando nos seguintes aspectos:

1. Atitude aderente da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos;
2. Identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação;
3. Adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículos;
4. Flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos alunos;
5. Possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

Desse modo, conforme tais diretrizes, os critérios de adaptação curricular para o aluno com deficiência indicam o que os estudantes devem aprender, de como e quando aprender, dos distintos estilos de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com evidência na necessidade de fornecimento de recursos e apoio adequados (SÁ, 2008).

O currículo adaptado implica compreender situações diferenciadas, maneiras diversificadas de apresentar conteúdos que facilitem a compreensão. Nunca será permitida a adaptação do currículo com a intenção de selecionar quais conteúdos o aprendente com deficiência terá condições ou não de aprender. Seria um equívoco pensar adaptação de currículo neste formato (COSTA, 2009).

Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), destaca que as adaptações curriculares para o aluno com deficiência não devem ser percebidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

- no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar) – tem como finalidade focalizar em especial a organização da escola e os serviços de apoio, assim como as condições estruturais.

- no currículo desenvolvido na sala de aula – são realizadas pelo professor, destinando-se principalmente, a programação das atividades realizadas em sala de aula, visando assim, tornar possível a participação da aprendizagem do aluno em sala de aula. Nesse nível, o professor pode contar com a orientação do psicopedagogo.

- no nível individual – atuação do professor na avaliação e no atendimento do aluno com deficiência.

Deste modo, ainda de acordo com Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), tais adaptações se realizam de acordo com as necessidades de cada aluno, podendo ser dispensadas e aplicadas de forma reduzida, ou, ainda, em alguns casos, de forma mais intensiva, dependendo sempre das necessidades que forem identificadas. Portanto, a visão de currículo neste aspecto, é um instrumento extremamente útil, um utensílio que pode ser alterado para favorecer o desenvolvimento pessoal e social dos alunos em especial os que possuem deficiência, resultando em alterações que podem ser de maior ou menor expressividade.

Seguidamente, no próximo tópico, abordaremos as contribuições da psicopedagogia para a inclusão e para adaptação curricular, mostrando a real importância dessa área de estudo nestes processos, para que os mesmos venham ser verdadeiramente eficazes.

4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA O PROCESSO INCLUSIVO E PARA A ADAPTAÇÃO CURRICULAR

De acordo com a história, a trajetória da Psicopedagogia no Brasil comprova que desde o início de tudo, a sua maior inquietação encontra-se voltada para a inclusão. Assim, percebe-se que esta afirmação é presumível pelo fato de entendermos que, ao optar cuidar de indivíduos com dificuldades de aprendizagem, a Psicopedagogia atuou e ainda atua com abordagem inclusiva (BEAUCLAIR, 2006).

Neste aspecto, o autor ainda ressalva que a abordagem inclusiva se dá pela ocorrência de buscas por referenciais à prática psicopedagógica, nunca perdendo de vista a edificação de processos de apreciação das dinâmicas familiares, escolares e institucionais e suas concernentes importâncias na formação e desenvolvimento do sujeito aprendente.

Sendo assim, para Soares e Sena (2012), pensar criticamente sobre a importância da contribuição do psicopedagogo no processo inclusivo e para a adaptação curricular nos faz acordar para a necessidade de se buscar uma educação de qualidade e consciente, de que os sujeitos aprendam de maneiras distintas e que assim, se faz necessário um trabalho diferenciado com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Nesta perspectiva, Medeiros (2013) adverte que, o trabalho do psicopedagogo tem por objetivo habilitar a comunidade escolar para uma boa convivência e uma harmonia plena, entre aqueles considerados “especiais”, oferecendo aos mesmos, possibilidades reais de construir seus próprios conhecimentos. Assim, para melhor desenvolvimento desse papel, é extremamente essencial que o psicopedagogo tenha uma compreensão abrangente sobre a deficiência. “E esse conhecimento facilitará uma melhor discussão sobre novas metodologias de ensino, questões sobre preconceitos e rejeições, ou diferentes modalidades de aprendizagem seja do aluno ou do professor”.

No contexto da escola inclusiva, a psicopedagogia constitui para si uma importância extraordinária. “Por outro lado, quando o psicopedagogo é atuante, ele pode contribuir para que o indivíduo com deficiência possa desenvolver o seu potencial no seu processo educacional, constituindo-se cidadão e, conseqüentemente, incluindo-se socialmente”. De acordo com Scoz (2007) “[...] a atuação do psicopedagogo na área da educação especial, com indivíduos com deficiência é uma tarefa desafiadora, visto que trabalhar com indivíduos com deficiência requer planos de trabalho em parceria máxima com as instituições escolares”.

Por conseguinte, Júnior (2012) enfatiza que a ação psicopedagógica no ambiente educacional inclusivo é de extrema relevância, ao oferecer um apoio efetivo ao indivíduo com deficiência no ambiente educacional e social. No entanto, Bossa (2007) enfatiza que, o

psicopedagogo pode, através de seus conhecimentos, ajudarem a escola no processo de inclusão a responder questões fundamentais como: O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar? Pode ajudar o professor a entender e perceber quando a sua forma de ensinar não é apropriada à forma do aluno aprender; pode orientar professores no acompanhamento do aluno com deficiência, entre outros (FERREIRA, 2002).

Conforme Júnior (2012), o modelo educacional precisa essencialmente do olhar do psicopedagogo sobre a prática pedagógica, o projeto pedagógico e as adaptações curriculares no âmbito educacional inclusivo, haja vista que a psicopedagogia não se ocupa em estudar unicamente às dificuldades que o educando expõe no processo de ensino/aprendizagem, mas sim sua relação com o social, em meio à edificação do conhecimento coletivo, bem como às influências que podem ser estabelecidas mediante essa relação. No entanto, para entrar com recurso e atribuir esse modelo à ação psicopedagógica na educação especial, o psicopedagogo deve se permitir a inovação e a reelaboração de novas práticas de ensino, em decorrência de propor a inclusão de alunos com deficiência no contexto educacional.

Todavia, o autor salienta que para uma efetiva inclusão do aluno com deficiência no sistema educacional inclusivo se faz necessário à adaptação curricular, pois é através desta que poderá explorar os educando de acordo com as habilidades e especificidades de cada um. Entretanto, vale destacar a imprescindível contribuição da atuação do psicopedagogo junto à escola inclusiva neste processo de adaptação. De tal modo, a atuação psicopedagógica poderá ser realizada no ambiente escolar inclusivo, com alternativas metodológicas e procedimentos didáticos que viabilizarão a inclusão e, especialmente a educação de sujeitos deficientes, através de atendimentos multidisciplinares, incluindo o trabalho psicopedagógico junto à ressignificação do currículo da escola.

Contudo, Stainback e Stainback (2007) informam que o primeiro trabalho do psicopedagogo que atua na educação inclusiva é identificar quais alunos necessitam de adaptações para frequentarem o ambiente escolar e auxilia a escola a definir e pôr em prática estas adequações. Nesta primeira fase, ele promove uma avaliação, identificando os problemas enfrentados pela escola, bem como os aspectos positivos e outros fatores que interferem no processo inclusivo. Segundo, ele coloca em prática um plano de atividades capazes de intervirem no processo educativo, auxiliando ao portador de deficiências sentir-se inserido no contexto da escola regular.

Assim sendo, “[...] percebe-se que em seu importante papel, o psicopedagogo pode contribuir de diferentes maneiras e em variados graus, para o êxito da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares” (MEDEIROS, 2013).

Portanto, do ponto de vista de Beauclair (2006) é imprescindível à participação efetiva do psicopedagogo na busca pela escola inclusiva e pela adaptação curricular, por causa da necessidade do mesmo em conduzir o sujeito com deficiência a uma formação social e educacional entre o aprender e o compreender, isto é, dando possibilidades a um atendimento e conhecimento em vista daquilo que está sendo mais relevante para ela em seu meio de convívio social. O autor ressalta que é necessário vivenciar o processo de inclusão no cotidiano dos ambientes escolares, pensando assim em novas potenciais e buscando novas maneiras de pensar e agir, tornando possível sonhar, desejar, criar e realizar uma eficaz inclusão do aluno com deficiência.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS DA PSICOPEDAGOGIA

Percorrendo pela história da Psicopedagogia, no Brasil e no mundo, pode-se compreender que o caminho trilhado até os méritos alcançados dos dias atuais não foram nada fáceis. Entretanto, a Psicopedagogia nasceu no caminho de inclusão e respeito, aqueles que apresentam alguma dificuldade para aprender, oferecendo subsídios e recursos para que se tenha um estudo e uma leitura minuciosa dos processos cognitivos e dos mecanismos psicológicos que estão apresentando algum problema ou sintoma na situação de aprendizagem (PINTO, 2010).

Assim, Cesário (2007) adverte que conforme os registros disponíveis na literatura específica permitem situar que o nascimento da Psicopedagogia ocorreu na França, em meados da década de 1940, numa época em que “[...] a Europa se mobiliza em as possíveis influências de origem orgânica no comprometimento do sucesso escolar”.

Por sua vez Fontes (2006, p.50, *Apud* ARAÚJO, 2008) destaca que “A Psicopedagogia, área preocupada em entender e sanar problemas de aprendizagem passa a existir no final do século XIX na Europa”. Essa corrente europeia influenciou a Argentina. Por conseguinte o Brasil teve grande contribuição da Argentina e das teorias organicistas da Psicologia Escolar dos americanos.

Cesário (2007) informa que, no ano de 1920 foi organizado um centro de psicopedagogia na Europa, ligado fundamentalmente ao pensamento psicanalítico de Lacan, no qual alguns profissionais “[...] buscando uma aplicação dos pressupostos teóricos da

psicanálise na educação infantil iniciaram a prática que deu origem à psicopedagogia clínica” (ANDRADE, 2004, *apud* CESÁRIO, 2007).

Conseqüentemente, Araújo (2008) enfatiza que é possível permitir categorizar historicamente a Psicopedagogia em três importantes ocasiões: A primeira foi em 1956, em que apresentou ênfase no âmbito pedagógico, tendo a preocupação com a reeducação. A segunda ocasião, com princípio em 1963, buscou estudar medição de funções cognitivas e afetivas e a terceira ocasião, a partir de 1978, em que buscou valorizar a área clínica abarcando diagnóstico e tratamento. No entanto, “[...] lembrando que a Psicopedagogia na Argentina tem o histórico de primeiro aparecer como prática para depois ser colocada como curso de graduação. Conforme Fontes (2006, p.61), o problema é que essa prática não será necessariamente promotora de emancipação”.

Entretanto, segundo a autora supra referida (p.13) “[...] a Psicopedagogia surge no Brasil em virtude ao problema do fracasso escolar e se desenvolve com a materialização na prática social do seu objeto e dos seus objetivos”. Vale ainda lembrar que o período em que a Psicopedagogia inicia no Brasil, a Educação era influenciada pelo ideário da Escola Nova, considerada uma teoria educacional não crítica.

Neste aspecto, Amorim (2011) apoia quando confirma que, a Psicopedagogia, no Brasil, teve início na década de 70, mas pode-se dizer propriamente que o movimento da Escola Nova, nos anos 1920, agregou novos olhos sobre a educação brasileira. Esses novos olhos sugeriu um atendimento holístico às necessidades do aluno e à realidade do país, com vistas ao desenvolvimento do sistema educacional.

Por conseguinte, Lopes (2008, *Apud* RAMALHO, 2013) corrobora quando afirma que a Psicopedagogia desenvolve-se no contexto brasileiro desde o final da década de 1970 e traz consigo o fim emergente de integrar a formação de profissionais envolvidos com a Educação e preocupados com o fracasso escolar e o processo educativo. Assim, a grande problemática, estaria relacionada em entender porque tantos alunos não eram capazes de aprender efetivamente. Assim, segundo Amorim (2011) nesse momento, no Brasil, os elevados números de evasão escolar e repetência estimularam alguns profissionais a se dedicarem ao diagnóstico e intervenção apontados para os problemas de aprendizagem. “Para isso, eles se basearam nos referenciais teóricos desenvolvidos na França e Argentina”.

Segundo Cesário (2007), entre 1979 e 1980, o Instituto Sedes Sapientiae criou o primeiro curso de especialização em Psicopedagogia no Brasil. Deste modo, no início do século XXI contabilizar mais 125 cursos de especialização em Psicopedagogia no Brasil, além de um curso de Graduação no Centro Universitário La Salle, um curso superior de dois anos na Universidade

Estácio de Sá do Rio de Janeiro, um curso de mestrado na Universidade de Santo Amaro- SP e um doutorado na área de ciências Humanas com concentração em psicopedagogia na mesma Universidade.

No entanto, Araújo (2008) complementa que nesta mesma época foi fundada a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) para consolidar na realidade os paradigmas da psicopedagogia por meio de congressos, debates, pesquisas e compartilhar os conhecimentos estudados e aplicados em experiências de intervenção nos campos da Psicopedagogia Institucional, por meio de cursos, palestras, boletins, artigos, revistas e jornais da área. De acordo com Bossa (2007, p.70) a ABPq, iniciou suas atividades em 1980, promovendo encontros para reflexão e trocas de experiências vividas no exercício da profissão.

No entanto, conforme com Scoz (1994, p.31, *Apud* CESÁRIO, 2007) “[...] a Associação Brasileira de Psicopedagogia tem contribuído para que a Psicopedagogia assuma uma nova feição no cenário educacional brasileiro, a partir de um redimensionamento da concepção de problema de aprendizagem”.

Consecutivamente, Amorim (2011) ressalta que desde o surgimento da Psicopedagogia no Brasil, houve uma evolução no conceito de Psicopedagogia. Com o surgimento, foi obtida uma visão organicista e patologizante da dificuldade de aprendizagem. “Seu objetivo era fazer a reeducação das crianças portadoras de deficiências. Avançou, para um campo de conhecimento interdisciplinar, ao considerar seu objeto de estudo o processo de aprendizagem com todas as variáveis que nele interferem”.

Nesta perspectiva, Araújo (2008) enfatiza que é importante avivar o Código de Ética ou os princípios que norteiam a ação psicopedagógica e os caminhos da profissão expostos como ideias de democracia, ética e mercado, tendo como finalidade explanar a importância da ética, aparentemente valorizada. Destarte, o trabalho do psicopedagogo deverá estar embasado em alguns princípios gerais dos quais se destacam:

- 1- O psicopedagogo acredita que todo o ser humano tem direito ao pleno acesso ao saber acumulado, representado pela cultura.
- 2- Considera que a leitura e a escrita representam ferramentas fundamentais a este acesso, nas modernas sociedades.
- 3- O psicopedagogo deve nortear sua prática dentro dos princípios da liberdade do ser.
- 4- O psicopedagogo reconhece que deve assumir a dupla polaridade de seu papel – transmissão de conhecimento e compreensão dos fatores psicológicos que interferem no ato de aprender. Este aspecto levanta questão de fronteiras de outras áreas.
- 5- O psicopedagogo reconhece o papel da família como transmissor de cultura. Sua ação junto à família deverá ser orientada no sentido de analisar e compreender os mecanismos dentro da relação familiar que promovem bloqueios de aprendizagem.
- 6- O psicopedagogo reconhece a escola como espaço privilegiado para a transmissão da cultura, sem, contudo, deixar de reconhecer o valor de outras organizações sociais. Principalmente, sem

perder de vista uma postura crítica frente às dificuldades geradas pela própria instituição escolar (BARONE, 1987, p. 17 *apud* ARAÚJO, 2008).

Deste modo, o autor adverte sobre a ética, é proeminente que na atuação psicopedagógica fique claro o papel e a responsabilidade desses profissionais na realidade educacional ou clínica para não confundir as funções de cada profissão. “Sendo o objeto de estudo da psicopedagogia a aprendizagem humana, o trato desse conhecimento é com o olhar psicopedagógico diferentemente da interpretação de outras áreas que lidam com esse processo de aprendizagem como: o pedagogo, o docente, o psicólogo, os coordenadores, os gestores, etc”.

No entanto, apesar dos vários anos de experiência de atuação e do depoimento de acentuados serviços prestados à educação brasileira, o caminho trilhado para a regulamentação do exercício da atividade de psicopedagogia no Brasil não foi nada fácil. Neste ponto de vista, Amorim (2011) informa que em 2007, o Projeto recomendado pelo Deputado Barbosa Neto foi arquivado. Assim, no dia 17 de dezembro de 2008, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei nº 3.512 da Deputada Federal Raquel Teixeira que regulamentava a atividade profissional do psicopedagogo. Por esta nova proposta, a profissão poderia ser exercida pelo portador de diploma de graduação em Psicopedagogia, pelo diplomado em Psicologia e Pedagogia e pelo licenciado que concluir o curso de especialização em Psicopedagogia. O projeto tramitou em caráter conclusivo, sendo aprovado por unanimidade na Câmara Federal em 2009 e encaminhado para votação no Senado.

Portanto, ainda segundo o autor acima citado, em março de 2010 a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, por unanimidade, a redação final do Projeto de Lei e, em abril de 2010, foi remessado ao Senado Federal por meio de Ofício à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Em outubro de 2010 foi aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara Nº 31, de 2010 (nº 3.512/2008, na casa de origem, da Professora Raquel Teixeira) que dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade da psicopedagogia.

Logo, no art. 4 da Lei 3.512/2008 são atividades e atribuições da Psicopedagogia sem prejuízo do exercício das atividades e atribuições pelos profissionais da profissão habilitados:

- I- Intervenção psicopedagógica, visando as soluções dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público ou privado ou outras instituições onde haja a sistematização do processo de aprendizagem na forma da lei;
- II- Realização de diagnóstico e intervenção psicopedagógica, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprias de Psicopedagogia;

- III- Utilização de métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionados com a aprendizagem;
- IV- Consultoria e assessoria psicopedagógicas, objetivando a identificação, a compreensão e a análise dos problemas no processo de aprendizagem;
- V- Apoio psicopedagógico nos trabalhos realizados nos espaços institucionais;
- VI- Supervisão de profissionais em trabalhos teóricos e práticos da psicopedagogia;
- VII- Orientação, coordenação e supervisão de cursos de psicopedagogia;
- VIII- Direção de serviços de psicopedagogia em estabelecimentos públicos e privados;
- IX- Projeção, direção ou realização de pesquisas psicopedagógicas.

Entretanto, a psicopedagogia nasceu da necessidade de se compreender melhor o processo de aprendizagem em toda a sua abrangência e ajudar na superação dos limites e dificuldades que incidem o desenvolvimento do aprendiz, ocasionando resultados dolorosos para os que fracassam e que podem comprometer definitivamente o seu futuro (CESÁRIO, 2007).

Corroborando, Araújo (2008) complementa salientando que a Psicopedagogia nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo da aprendizagem humana e assim estar resolvendo as dificuldades da mesma, ou mesmo prevenindo-as, visando o interesse e o prazer do aluno e do professor pelo processo de ensinar e aprender, garantindo o sucesso escolar para todos.

Deste modo, a psicopedagogia trata-se de uma “ciência que estuda o processo de aprendizagem humana, sendo o seu objeto de estudo o ser em processo de construção e reconstrução do conhecimento”. Tendo, como principal objetivo analisar e investigar respectivos problemas dos sujeitos, como também destacar as potencialidades para favorecer a superação dos fatores que prejudicam a aprendizagem. Ao psicopedagogo cabe entender a individualidade do sujeito e suas características próprias, ou seja, a sujeitos que estão inseridos em um contexto amplo, complexo e embora comum, muito peculiar (SOARES; SENA, 2012).

4.2 IMPACTOS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVER DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Pensar criticamente sobre a importância da intervenção psicopedagógica frente ao desenvolvimento do aluno com deficiência nos faz acordar para a necessidade de se buscar uma educação de qualidade e uma prática de ensino que motive os educandos a aprender, mostrando-nos conscientes de que cada indivíduo aprende de maneiras distintas e que assim, se faz necessário um trabalho diferenciado em cada ambiente escolar com os alunos deficientes ao longo da vida acadêmica. Assim, faz-se necessário uma intervenção psicopedagógica, para que o aluno possa superar suas deficiências e obter uma aprendizagem extremamente eficaz ao seu desenvolver acadêmico.

Os diversos tipos de deficiência apresentados nos alunos em fase escolar representam uma das maiores preocupações dos professores nos dias atuais, uma vez que é necessário conhecer suas causas e a forma apropriada de superá-las. Neste sentido, pode-se dizer que a Psicopedagogia surgiu, justamente da necessidade de uma melhor compreensão desse processo, ou seja, contribuir na busca de soluções para essa difícil questão.

Desse modo, Dantas e Alves (2011) destacam que, “[...] a Psicopedagogia é uma ciência relativamente nova, mas de uma amplitude que engloba todo processo de conhecimento relacionado às dificuldades e a aprendizagem do aluno com deficiência.” No entanto para os autores o trabalho psicopedagógico tem um papel fundamental na realização da existência de fatores que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem tanto dos alunos ditos “normais” como dos alunos deficientes.

Assim, de acordo com Vitorino (2005), o psicopedagogo é o profissional que auxilia na identificação e na resolução dos problemas no processo do aprender e está capacitado para se relacionar com as mais diversas dificuldades, problemas e deficiências relacionados à aprendizagem, que leva um apropriado número de alunos a fracassarem na escola e se evadirem da mesma.

Desse modo, o psicopedagogo procura desenvolver no sujeito com deficiência à competência em suas ações, através de intervenções que auxiliam no processo de ensino/aprendizagem e a ressignificação das diferentes fases do desenvolvimento. Portanto, cabe a estes profissionais buscarem não só compreender o porquê de o sujeito apresentar dificuldade em algo, mas o que ele pode aprender e como (DANTAS; ALVES, 2011).

Nesta relação, Fernández (2001) destaca que a intervenção psicopedagógica nas escolas inclusivas frente às deficiências de seus alunos deve dirigir seu olhar simultaneamente para seis instâncias:

- ao sujeito aprendente que sustenta cada aluno;
- ao sujeito ensinante que habita e nutre cada aluno;
- à relação particular do professor com seu grupo e com seus alunos;
- à modalidade de aprendizagem do professor e, em consequência, à sua modalidade de ensino;
- ao grupo de pares real e imaginário a que pertence o professor;
- ao sistema educativo como um todo.

No mesmo, na visão da autora, a intervenção psicopedagógica no ambiente escolar para o desenvolver do educando deficiente deve pensar em criar as condições para que esse seja facilitador da aprendizagem. Portanto, a intervenção tem que ser adequada às necessidades do aluno, para que assim, possa enriquecer e desenvolver as suas habilidades, trabalhando também todo o contexto em que ele está inserido, envolvendo a escola, a família e a comunidade (FERNÁNDEZ, 2001).

Desta maneira, na visão da autora deste trabalho sabe-se que as estratégias de intervenção devem estimular as potencialidades dos alunos e utilizar as vias de acesso individual para a aprendizagem, analisando os níveis de ajuda. Assim, o professor tem que estar consciente de seu papel como mediador de aprendizagem.

Neste sentido, muitas são as reclamações por parte dos professores com referência as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência, mas pode-se dizer que muitas atividades em sala de aula são sem sentido para o sujeito e com isto a aprendizagem torna-se difícil e desestimulante. “Vemos muitos professores com programas de ensino, materiais de instrumentos totalmente inadequados e desestimulantes e, principalmente, carentes de flexibilidade necessária para adaptar os objetivos do ensino as diferenças individuais do aluno” (SILVA, 2003).

Nesta perspectiva, Ferrari (2011) ressalta que todo indivíduo tem possibilidades para aprender, e gostam de fazer, e quando isto não ocorre, é porque alguma coisa não está indo bem. Neste momento, é necessário que tanto os professores, como os demais profissionais responsáveis pelo processo de aprendizagem, se questionem a cerca dos fatores que podem estar contribuindo para não aprender. É um trabalho de interpretação, compreensão e conhecimento relativo do sujeito. O que se acredita serem aspectos de grande importância para todos os que estão comprometidos com o processo educativo.

Assim, Bossa (2000, *apud* FERREIRA, 2002) enfatiza que o psicopedagogo pode através da intervenção, ajudar a escola no que se refere à inclusão do aluno com deficiência a responder questões fundamentais como: O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar?

Mostrando-os soluções para o problema. Desse modo, a avaliação e intervenção da aprendizagem do aluno com deficiência tem se caracterizado como um processo complexo devido às especificidades de suas necessidades e de seu desenvolvimento, muitas vezes, bastante diferenciado.

Portanto, em sua amplitude de conhecimentos, a psicopedagogia atua em diferentes processos de aprendizagem, como por exemplo, sujeitos que apresentam algum tipo de deficiência, que automaticamente afetam no seu desenvolvimento escolar. No entanto, é importante salientar que uma intervenção psicopedagógica em sujeitos que apresentam deficiência, em qualquer etapa da vida, é de grande valia, pois poderá prevenir uma dificuldade maior no decorrer da aprendizagem.

4.3 O FAZER PSICOPEDAGÓGICO JUNTO A READAPTAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA INCLUSIVA

Enquanto psicopedagogos, aprendemos sobre como os outros sujeitos aprendem e também sobre como nós aprendemos. Para Bossa (1991, *apud* DINIZ, 2011), todo sujeito tem sua modalidade de aprendizagem, ou seja, meios condições e limites para conhecer. Sendo assim, cada ser humano é uma criação única, que possui uma série de habilidades, competências e maneiras de aprender. No entanto, é inexplicável a importância do trabalho psicopedagógico junto às práticas pedagógicas e a readaptação curricular na escola inclusiva, pois é a partir da eficácia destes processos que a instituição responderá adequadamente as diferenças de seus alunos.

Nesta perspectiva, Júnior (2012) enfatiza a necessidade de um olhar diferenciado da psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem do sujeito com deficiência. Assim, o fazer psicopedagógico deve ir além da ideia genérica da inclusão, ampliando sua proposta e permitindo seu apoio essencial e contínuo a esse sujeito na vida educacional e social.

Relacionando, Diniz (2011) destaca que “[...] o papel do psicopedagogo dentro de uma instituição escolar inclusiva é analisar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem”. Assim seus objetivos são:

- Conduzir a criança ou adolescente, o adulto ou a instituição a reinserir-se, reciclar-se numa escolaridade normal e saudável, de acordo com as possibilidades e interesses dela.
- Promover a aprendizagem, garantindo o bem estar das pessoas em atendimento profissional, valendo-se dos recursos disponíveis, incluindo a relação interprofissional.
- Atender indivíduos que apresentam dificuldades para aprender por diferentes causas, estando assim, inadaptados socialmente ou pedagogicamente.

- Encorajar aquele que aprende a tornar-se cada vez mais autônomo em relação ao meio, em interagir com os colegas e resolver os conflitos entre eles mesmos; a ser independente e curioso; a usar iniciativa própria; ter confiança na habilidade de formar ideias próprias das coisas; a exprimir suas ideias com convicção e conviver construtivamente com os medos e angústias.

Desta forma, para que a educação inclusiva seja verdadeiramente eficaz, é necessário que haja um trabalho conjunto da equipe multidisciplinar junto à adaptação do currículo para que o aluno com deficiência possa ter sucesso em sua vida acadêmica. Assim sendo, Medeiros (2013, p. 8) informa que para “[...] promover a educação inclusiva, além de trabalhar com o professor capacitando-o para o seu dia a dia, o psicopedagogo também pode atuar auxiliando pais a compreenderem melhor o processo de inclusão”. Portanto, é no seu fazer, que o psicopedagogo pode colaborar de diferentes modos e em vários graus, para o sucesso da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares.

Por conseguinte, no tópico posterior, aborda-se o percurso metodológico, em que se focaliza o caminho percorrido para a operacionalização do estudo, tais como o delineamento, participantes, instrumentos, procedimento e análise de dados.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Do conjunto de procedimentos que se empreendeu, destaca-se o que segue.

5.1 O DELINEAMENTO

O presente estudo caracterizou-se em um delineamento do tipo levantamento, que segundo Gil (2002, p.50) “[...] caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Sendo de cunho qualitativo, com caráter descritivo e exploratório. Tem como característica descritiva, pois descreverá os achados do estudo de uma população determinada. É exploratório, pois proporciona maior intimidade com o problema estudado, tornando-o mais explícito, sendo assim, bastante flexível, de maneira que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao caso estudado. Foram considerados dois conjuntos principais de variáveis: adaptação curricular para o aluno com deficiência e inclusão escolar.

5.2 PARTICIPANTES

O efetivo estudo contou-se com a participação de 10 pessoas, com idade variando entre 27 e 50 anos, constituída por uma população específica, que está diretamente ligada ao processo educativo do aluno com deficiência. Trabalhamos especificamente com professores (50%), psicopedagogo (20%) e supervisores (30%) da rede pública de ensino, da cidade de João Pessoa, todos do sexo feminino (100%), tendo em vista que são esses os profissionais responsáveis por devidas adaptações para a inclusão do educando com deficiência em uma sala de aula comum e no contexto escolar mais amplo. Tratou-se de uma amostra não probabilística, ou seja, por conveniência, participando apenas aqueles que, conforme a disponibilidade, concordaram voluntariamente em fazer parte do estudo.

5.3 OS INSTRUMENTOS

Para operacionalização do estudo foi utilizada como instrumento a técnica de interrogação, mas especificamente o questionário, ao qual visa um objetivo específico a partir de uma atividade pré-estabelecida, tendo como finalidade obter as respostas daquele indivíduo, e analisá-las mediante a situação colocada. No entanto, o questionário possibilita a obtenção de dados a partir da visão dos pesquisados, frente ao que sabem, pensam, esperam e deseja (GIL, 2002, p. 115).

O referido questionário era composto por seis perguntas abertas para uma melhor coleta dos dados, incluindo os dados sociodemográficos que são imprescindíveis para análise dos achados. Contudo, pode-se verificar que o mesmo constitui o elemento mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal.

5.4 PROCEDIMENTO

A coleta de dados para a realização do estudo aconteceu da seguinte forma: primeiramente se buscou o contato com os participantes; em seguida foi explicado para a população em questão do que se trata amostra da pesquisa, assim como seu objetivo; Conseqüentemente, após a autorização dos mesmos, realizou-se a aplicação do questionário, que teve como tempo de duração uma variável entre 40 e 50 minutos. Foi disponibilizado aos participantes um Termo Consentimento livre e Esclarecido, esclarecendo que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não seriam obrigados a fornecerem as informações ou colaborarem com as atividades solicitadas pelo pesquisador, tendo em vista que os resultados, mediante a autorização, seriam posteriormente apresentados em eventos da área de Educação e publicados em revistas científicas, mas que o seus nomes seriam mantido em sigilo.

É importante destacar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é baseado nos princípios éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, respaldado pela Resolução N. 466/12 do CNS/MS.

5.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados é caracterizada por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos. Assim, para analisar e interpretar os dados encontrados adotou-se como embasamento a análise de conteúdo de Franco (2005), destacando que o ponto de partida dessa técnica “[...] é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. O qual também descreve como um método preciso que calcula garantir a praticidade das informações buscando para tais um verdadeiro significado e a estatística descritiva.

Assim, a técnica de análise de conteúdos “[...] dentre as manifestações do comportamento humano, a expressão verbal, seus enunciados e suas mensagens, passam a ser vistos como indicadores indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados as práticas educativas e a seus componentes psicossociais” (FRANCO, 2005).

No t3pico a seguir, abordaremos da an3lise e discuss3es dos achados da pesquisa, bem como sua contextualiza33o, falas dos profissionais do grupo amostral e entendimentos acerca dos achados.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA

Os achados da pesquisa foram analisados e discutidos a partir dos pontos que se segue.

6.1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

A abordagem para a construção deste estudo teve como foco uma pesquisa de levantamento, que recomendou pautar sobre a percepção dos profissionais da educação frente à adaptação curricular para o processo educativo do aluno com deficiência no contexto da escola inclusiva. A partir de um estudo efetivado por meio de coleta de dados, através de questionários respondidos por estes profissionais, tornou-se possível perceber e compreender as aflições, anseios e dificuldades apresentadas pelos mesmos no que diz respeito a este tema tão pertinente.

Assim, pode-se dizer que estudo se tornou válido a partir do momento que o pesquisador atingiu seus objetivos e conseguiu através dos achados responder seu problema de pesquisa.

6.2 AS FALAS DOS PROFISSIONAIS DO GRUPO AMOSTRAL

Pode-se compreender e perceber, através das falas dos profissionais da educação, ilustradas abaixo, nas tabelas 1, 2 e 3, que a adaptação curricular para o processo inclusivo do aluno com deficiência é algo que ainda se encontra muito distante da realidade do exercício pedagógico e do contexto escolar nos dias atuais. Por mais que os profissionais do grupo amostral lidem diariamente com alunos com deficiência e saibam o verdadeiro significado da adaptação do currículo para o efetivo processo de inclusão do educando com deficiência, nota-se que a prática ainda anda muito afastada da teoria.

É importante destacar, que isto é bem notável, quando se analisa as falas dos professores (tabela 3), em que os mesmos deixam claros que a adaptação curricular é algo bem apartado de suas salas de aulas, em que não acontece e quando acontece, é de forma totalmente equivocada. Alguns professores em suas respostas relatam que mesmo com toda experiência na profissão exercida ainda não se sentem prontos e seguros para adaptar um currículo para que a inclusão do aluno com deficiência em uma sala de aula regular seja realmente eficaz para sua aprendizagem.

TABELA 1- Fala dos Psicopedagogos

PSICOPEDAGOGO		
PERGUNTAS	A	B
1	Redefinir o currículo	Tentativa de equiparidade
2	Incentivar a formação continuada Estrutura adequada	Conquista para todos
3	Não. Muito precarizado	Acontece porém precarizada
4	Maneira lenta e equivocada	Integrada com o corpo técnico da escola
5	Igualdade de oportunidade de aprendizagem e acessibilidade	Convivência com os demais
6	De fato não ocorre; Necessidade de trabalho em conjunto	Desenvolver em todos os aspectos

Fonte: Pesquisa de levantamento, 2014.

TABELA 2- Fala dos Supervisores Escolares

SUPERVISOR ESCOLAR			
PERGUNTAS	C	D	E
1	Visa promover o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno	Currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação.	Possibilidades educacionais.
2	Melhores condições para todos.	Falta da formação continuada.	Formação para que o profissional se sinta confortável.
3	A adaptação curricular se dar de forma progressiva.	É preciso que reinvente a escola.	Melhor preparação dos profissionais da educação.
4	Recursos e meios favoráveis à sua educação.	Procurar uma melhor forma de ajudá-los a aprender sem frustrá-los.	Buscar a melhoria do aprendizado dos seus alunos.
5	Previsão e provisão de recursos e apoio adequado.	Aprender a lidar com as diferenças e naturalizá-la.	Contribui para o desenvolvimento de todos os estudantes.
6	Avançar mais nos estudos e na capacitação dos professores.	Desenvolver suas potencialidades.	Oportunidade de aprender mais coisas do que o currículo formal.

Fonte: Pesquisa de levantamento, 2014.

TABELA 3- Fala dos Professores

PROFESSORES					
Perguntas	F	G	H	I	J
1	Adequar o currículo.	Uma ótima opção para trabalhar as dificuldades	Adequação da dificuldade e necessidade de cada um.		Fundamental pro desenvolvimento e aprendizagem.
2	Precisa de modificação e adaptação.	Muito falta, as escolas fazem de conta que incluem.	Continua bastante defasada.	Muito falta, ainda falta muito pra ser inclusão.	Muito ainda tem que ser feito.
3	Maior compreensão dos profissionais.	Perca de tempo para as escolas.	Não dão meios e suporte para a aprendizagem.	Formação focada no assunto.	Não.
4	De forma lenta.	Muito lento.	Não tem auxílio.	De maneira incompleta.	Coletiva e individual.
5	Favorecer o desenvolvimento da criança	Aprender o que realmente interessa	Com o currículo adaptado a inclusão acontecerá.		Ambos caminham juntos para que a aprendizagem seja efetiva.
6	As escolas não estão preparadas.	Desenvolve o comportamento social.	Da forma que está o aluno não se desenvolve integralmente	Ainda tem muito o que fazer.	Processo é mais lento, mas possível.

Fonte: Pesquisa de levantamento, 2014.

Após o recolhimento dos dados através das respostas dos profissionais mencionados nas tabelas 1, 2 e 3, foram realizadas categorização das respostas, por meio de palavras chaves para uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

6.3 ENTENDIMENTO ACERCA DOS ACHADOS

Diante dos achados, foi possível notar no que se refere à pergunta 1 “**Como você descreve a adaptação curricular? Você sabe do que se trata a adaptação?**” a maior parte dos profissionais descrevem a adaptação curricular como uma forma de “*redefinir o currículo*”, tornando-o mais “*dinâmico*”, de maneira que “*visse promover o desenvolvimento da aprendizagem*”. Pois, como bem descreve os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), as adaptações abrigam o modo flexível e dinâmico que o currículo escolar deve ter, ou

seja, direciona de acordo com as condições do aluno e a relação com as finalidades da educação na lógica de ensino e aprendizagem.

As adaptações curriculares sugeridas pelo MEC para a educação especial visam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (SÁ, 2008).

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 1998).

Portanto o currículo adaptado tem que apresentar antes de tudo dinamicidade, para que assim, permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos, visando o desenvolvimento eficaz da aprendizagem por meio da flexibilidade de conteúdos propostos, pois para atender as necessidades dos estudantes, é preciso dar condições de realização aos aprendentes de forma que atendam suas necessidades.

Assim, na pergunta 2 “**Como você percebe a política de inclusão nos dias atuais?**” grande parte dos profissionais relataram que o processo da política inclusiva ainda é “[...] *muito falha*” e que, o que mais se destaca é a “[...] *falta de incentivo a formação*” e a “[...] *falta de formação continuada*” dos profissionais que não são capacitados com base nos princípios da educação inclusiva.

No entanto, ao referido assunto predispostos por esses profissionais da área da educação, Carneiro (2008) ressalta que para acontecer uma inclusão satisfatória por parte dos referidos profissionais é importante que tenha a diversificação na forma de lecionar, já que não existe uma forma fechada ou uma receita para ter um resultado plausível, sendo preciso atuar mediante a realidade, não se negando a experiências novas, já que a prática se constrói a cada novo aluno.

Pode-se observar nos resultados obtidos na a pesquisa, que a formação é a grande aflição que partem dos profissionais de educação. Frisando que a educação inclusiva é uma responsabilidade da União, pensando dessa forma, o governo deve subsidiar instrumentos, formações e recursos para que a escola trabalhe com a diversidade de forma satisfatória, pois, é dever da escola realizar uma gestão inclusiva, buscando estratégias para uma educação de qualidade e com equidade.

No quesito 3 do instrumento “**Em sua opinião enquanto educador, você acha que está acontecendo à adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência no**

âmbito escolar?”, as respostas mais frequentes pontuaram que esta adaptação ocorre de forma “*muito precarizada*”, pois, as instituições “*não dão meios e suporte para a aprendizagem*”, o que recai muitas vezes no preparo dos profissionais. Sendo assim, pode-se dizer que para que a adaptação curricular favoreça a inclusão propriamente dita falta muita coisa acontecer, pois não apenas se restringe as escolas, ou seja, a educação não deve ser notada somente como uma tarefa de total responsabilidade da Escola, tendo assim que caminhar junto com a construção da sociedade inclusiva, até mesmo por que as instituições escolares necessitam do envolvimento do sistema social, político e econômico vigente. Então a educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, demonstrando a importância do processo de inclusão não só da relação professor-aluno, mas que idealizado como o princípio da educação de todos e valorização das diferenças, envolvendo assim toda a comunidade escolar.

Para que o processo de inclusão possa ser direcionado ao atendimento eficaz dos alunos que apresentam necessidades especiais, no atual modelo escolar brasileiro, devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores. É preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta. Claro que não há modelos pedagógicos prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da escola tradicional, para uma escola inclusiva e de qualidade para todos (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 14).

Pois, entretanto cada indivíduo possui suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades, mas é possível formar algumas adaptações que possa vir contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, até mesmo quando um aluno com dificuldade ou deficiência adentra a escola, cabe a cada um encarar este desafio de forma a contribuir para que aconteça avanços e transformações, mesmo sendo mínimas, mas que possa proporcionar o início de uma inclusão escolar possível que tenha o intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os educandos envolvidos no processo.

De acordo com a questão 4 “**conforme sua experiência, como está acontecendo este processo de adaptação curricular?**”, a maioria da amostra relatou que este processo está ocorrendo “*de forma lenta*”, por isso, é preciso se procurar “*recursos e meios favoráveis à educação*” que possam “*buscar a melhoria do aprendizado dos seus alunos*”. Isso é o que muitas vezes acontece com as leis que regem o nosso país quando se trata da educação, que existem tudo bem, no papel, mas quando parte para a realidade a coisa muda um pouco e às vezes não chega nem a acontecer. De acordo com o documento Saberes e Práticas a Inclusão – Recomendações para a construção das Escolas Inclusivas.

As adaptações curriculares constituem, pois possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educando. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno (BRUNO, 2006 p.61).

Portanto, ressalta a importância de um currículo adaptado que venha a atender a particularidades de cada ser cognoscente em seu desenvolvimento acadêmico.

A pergunta 5 indaga “**qual o sentido e benefícios da inclusão e do currículo adaptado para inserção do aluno com deficiência na escola regular?**”. Assim, as respostas contemplaram que a “*convivência*” é um benefício neste processo, pois, é através dela que as crianças “*aprendem a lidar com as diferenças e naturalizá-las*”, “*favorecendo o desenvolvimento*” da mesma. Pois, a inserção de crianças com deficiência na escola regular só tem a ganhar, tanto as mesmas como as que não têm deficiência. Como ressalta Steinbeck e Steinbeck (2007), traz benefícios para todos os educandos, na medida em que, nas salas de aula, todas as crianças se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as outras, aprendem a cuidar umas das outras e a conquistar atitudes, habilidades e valores necessários para a sociedade apoiar a inclusão de todos os cidadãos.

A questão 6 do estudo trata “**como você percebe o desenvolvimento do aluno com deficiência no contexto da sua escola?**” as principais respostas apontaram que “*ainda tem muito o que fazer*”, uma dessas formas é “*avançar mais nos estudos e na capacitação dos professores*” e assim, “*desenvolver em todos os aspectos*”. Assim sendo, é necessário que se considere importante à necessidade do desenvolvimento de aspectos afetivos, emocionais e cognitivos dos estudantes com deficiências e esse processo de desenvolvimento deve ser promovido por todos os envolvidos no trabalho educativo da escola, inclusive dos professores, que são os que passam a maior parte do tempo com esses educando. Logo, a escola que é um determinante efetivo para esse processo de desenvolvimento, precisa dar suporte para que sua equipe pedagógica possa atuar frente às necessidades de seu alunado.

Por isso, como enfatiza Bandeira (2006), é necessário refletir sobre a importância da capacitação dos educadores para a escola inclusiva, uma vez que ela não é para preparar o profissional para aceitar a diversidade, mas para a inclusão efetiva de pessoas com deficiência, que vai além do simples ato de incluir. A capacitação de professores para a

inclusão não traz respostas prontas, mas a partir dela o educador passará a olhar os alunos de outra maneira, buscando compreender as particularidades de cada um, entendendo e buscando o apoio necessário para promover a igualdade dos que têm deficiência.

O olhar do professor é que guiará o desenvolvimento da criança incluída, e quanto maior a rigidez de suas expectativas e a tendência de querer enquadrar esse aluno em padrões pré-existentes, maior a probabilidade de tal comportamento repercutir de maneira negativa sobre os ritmos de aprendizagem. Em outras palavras, a rigidez nas expectativas acarreta dificuldades quanto ao cambiamento de certas concepções e práticas em relação ao aluno com necessidades educacionais especiais, ficando ele, impedido de avançar na sua aprendizagem, assumindo, de fato, o seu lugar de aluno (DUEK, 2007, p. 3).

Portanto, priorizar a qualidade do ensino é um desafio que precisa ser assumido por nossa sociedade, pelas instituições e pelos educadores, em particular, para que se coloque em prática o princípio democrático da educação para todos, em especial o desenvolvimento acadêmico do aluno com deficiência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados e dados recolhidos a partir deste estudo, foi possível notar que grande parte dos profissionais ainda teme o processo de inclusão, na maioria das vezes, por não se sentirem totalmente preparados e capacitados o suficiente para lidar com o aluno com deficiência em uma sala de aula regular, haja vista que para, que a inclusão seja efetivamente eficaz como é proposto nas leis que a regem, tanto a escola como o corpo docente da mesma tem que oferecer suporte e meios para que o educando possa aprender e se desenvolver no ambiente da escola.

Pode-se perceber que o maior número dos profissionais do grupo amostral, almeja uma melhoria imediata no que diz respeito à dinâmica pedagógica da escola, pois, para os mesmos uma das maiores dificuldades para que a inclusão verdadeiramente aconteça relacionam-se a didática, as questões de adaptação do currículo e de conteúdos para o desenvolvimento de todos os educando, independente se tenham deficiências ou não. Deste modo, percebe-se ainda que as mudanças no contexto escolar sejam imprescindíveis para a inclusão de alunos com deficiências e que exige esforço de todos os envolvidos nesta ação.

As mudanças de atitudes e paradigmas são fundamentais para a construção de uma escola inclusiva, que não faça distinções entre deficientes e normais, que apresente uma proposta educacional que garanta e favoreça condições de aprendizagem a todos num só contexto, proporcionando uma educação diferenciada e dando respostas educativas ao aluno durante todo o processo de escolarização, se isto se fizer necessário, ou seja, oferecer uma educação permanente que atenda às particularidades de cada aluno.

É indispensável oferecer alternativas que contemplem as diferenças, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos alunos, com e sem deficiências e sem discriminações. Daí surge a importância da adaptação do currículo, pois cada educando tem peculiaridades específicas e especiais, que para atendê-las se faz necessário as devidas adequações de forma a garantir condições que lhe são indispensáveis para acesso ao conhecimento disponível.

Assim, enfatiza-se que não é tarefa simples planejar atividades diferenciadas e adequá-las às necessidades de cada aluno com deficiência; além disso, nem sempre a quantidade de alunos em sala de aula favorece essa prática ao educador.

A partir desta questão, percebe-se como a Psicopedagogia é uma área de extrema importância para que este processo venha realmente acontecer no âmbito escolar e, desta forma a inclusão possa a ser verdadeiramente eficaz no desenvolvimento do aluno com deficiência. O psicopedagogo dentro de um ambiente inclusivo, pode necessariamente auxiliar

tanto o professor, como toda a equipe pedagógica a trabalhar as especificidades de cada aluno, inclusive aquele que apresenta algum tipo de deficiência.

O psicopedagogo além de poder vivenciar a inclusão no cotidiano das instituições ainda pode pensar em novas atitudes, em novas potencialidades, buscando novas maneiras de pensar e agir, em que seja possível sonhar, desejar, criar e realizar, efetivamente, uma prática psicopedagógica inclusiva.

Deste modo, espera-se que este estudo possa trazer contributos à área da educação inclusiva e em especial a Psicopedagogia. Embora o mesmo tenha causado grandes limitações infligidas como em qualquer estudo, pode-se citar que uma das maiores limitações para a realização do estudo, foi à dificuldade de trabalhar com o tema, tendo em vista que na matriz curricular do curso de bacharel em Psicopedagogia não temos nenhuma disciplina que aborde a temática. Outra limitação também, se deu pela dificuldade de coletar os dados para o estudo, pelo fato de muitas escolas fecharem as portas e não permitirem o acesso às informações e por grande parte dos profissionais, inclusive os professores se privarem de fornecer informações precisas para a sua realização. Assim, não se teve tempo necessário para analisar uma amostra grande e uma análise minuciosa dos achados. Para explanação de estudos futuros, indica-se um maior aprofundamento nesse sentido.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. S. **PSICOPEDAGOGIA: Regulamentação e Identidade Profissional**. 2011. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br>> Acesso em: 21 Jun. 2014.
- ARAÚJO, R. V. **O ensino de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, sob um olhar psicopedagógico**. 2008. Disponível em: <http://boletimef.org/biblioteca/1848/monografia/boletimef.org_o-ensino-de-educacao-fisica-na-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf> Acesso em: 28 Jun.2014.
- ATHAYDE, R. P. M.; LEAL, T. S. **A inclusão escolar de uma criança com mielomeningocele**. 2010. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/MO/2011/345314_1_1.pdf> Acesso em: 18 jun. 2014.
- BANDEIRA, H. M. M. Formação de Professores e Práticas Reflexiva. In: IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2006. Teresina. **A pesquisa como mediação de práticas socieducativas**. Teresina: EDUFPI, 2006.
- BEAUCLAIR, J. Psicopedagogia e Educação Inclusiva: saberes e sentidos nas estratégias de formação. **Revista ABPp**, v. 7, n. 7, 2006.
- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. São Paulo, Artmed, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 2000.
- BRUNO, M. M. G. **Educação Infantil: saberes da inclusão**. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Especial, 2006.
- CANEJA, P. D; APODACA, R. R. **Adaptações Curriculares (I)**. 2002. Disponível em: <portalsindromedown.com.br> Acesso em: 17. Jun. 2014.
- CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CARVALHO, E. N. S. Adaptações Curriculares: uma necessidade. **Educação especial: tendências atuais**, 1999.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre, Mediação, 2004.

CESARIO, J. B. **Psicopedagogia e inclusão social**: intervenção psicopedagógica em crianças em situação de risco. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>> Acesso em: 28. Jun. 2014.

COSTA, V. F. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babeco, 2009.

CRÓ, M. D. L. Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): formação no ensino superior. **Reflexão & Ação**, v. 17, n. 1, p. 140-163, 2009.

DANTAS, V. A. O; ALVES, J. A. A. **Dificuldades de leitura e escrita**: uma intervenção psicopedagógica. 2011. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br>> Acesso em: 10Jul. 2014.

DINIZ, M. M. F. **Epistemologia da Psicopedagogia**. 2011. 17 p. - Artigo para apresentação na turma de graduação em psicopedagogia. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2011.

DUEK, Viviane Preichardt. Um olhar sobre a deficiência/diferença na escola inclusiva. **Revista Educação Especial**, n. 29, 2007.

FABRICIO, N. C.; SOUZA, V. C. B. A inclusão escolar e a nossa realidade educacional. Parolin ICH. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos- SP: Pulso Editorial, 2006.

FERNÁNDEZ, A. **Os idiomas do aprendente**. 2001. Digital Source. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>> Acesso: em 20. Jun. 2014.

FERRARI, N. A. F. **Dificuldade de Aprendizagem na Leitura e na Escrita**. 2011. Disponível em: <<http://www.impactosmt.com.br>> Acesso: em 18 juh. 2014.

FERREIRA, R. T. S. **A importância da Psicopedagogia no ensino fundamental- 1ª a 4ªséries**. São Paulo: Vozes, 2002.

FONTES, M. A. **Psicopedagogia e Sociedade**: história, concepções e contribuições. São Paulo: Vetor, 2006.

FRANCO, M. L. P.. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Ed. Liber, 2005.

FRANCO, V; RIÇO, M. C; GALÉSIO, M. **Inclusão e construção de contextos inclusivos**. Globalização e Diversidade-A escola cultural, uma resposta. Porto: Porto Editora, 2002.

FRIAS, E. M. A; MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino Regular. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em: 20 Ago. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas SA, 2002.

GONÇALVES, A. K.S. **Estratégias pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral na educação infantil**. São Carlos: UFSCar, 2006.

HOLANDA, R.A.; COSTA, A. A. **A Intervenção Psicopedagógica**. 2012. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br>> Acesso em: 16 abr. 2014.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JÚNIOR, C. B. A. O psicopedagogo na Educação Especial. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 2, n. 1, p. 01-10, 2012.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que aponta que a educação dos portadores de deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino. Brasília, 20 dez. 1996.

MANTOAN, M.T.E. Ensinando a turma toda-as diferenças na escola. **Pátio–Revista Pedagógica**. Porto Alegre, v. 5, n. 20, p. 18-28, 2002.

MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. 5 ed. São Paulo: Senac, 2007.

MEDEIROS, M. I. O. A contribuição do psicopedagogo à educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 01-09, 2013.

OMOTE, S. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In.: BARBOSA, Raquel L.L. (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PACHECO, J. A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PINTO, L. N. **As contribuições da Psicopedagogia para a educação**. 2010. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br>> Acesso em: 20. Ma. 2014.

PRERIRA, M. Z. C.; MOURA, A. P (Orgs). **Políticas e Práticas Curriculares: Impasses, Tendência e Perspectivas**. João Pessoa: Ed. Ideia, 2005.

RAMALHO, S. C. **Atendimento Psicopedagógico**. 2013. Disponível em: <<http://www.unipinhal.edu.br> > Acesso em: 15 mai. 2014.

RODRIGUES, D. Dez Ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 299-318.

SÁ, E D. **Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial**. 2008. Disponível em: < <http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>> Acesso em: 18 Jul. 2014.

SAMPAIO, C. T. **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino fundamental**. Salvador, 2005. 149p. Dissertação de mestrado (Pós Graduação em Psicologia).

SAMPAIO, C.T.; SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida.** SciELO-EDUFBA, 2009.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** SUMÁRIO OUTUBRO 2005, p. 7, 2005.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem.** 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

SENO, M. P. A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília. **Revista Psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 376-387. 2009.

SILVA, A. M. M. **Dificuldade de Aprendizagem da leitura e da escrita.** 2003. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br>> Acesso em: 07 Mai. 2014.

SILVA, L. R. S.; REIS, M. B. S. Educação inclusiva: o desafio da formação de professores. **REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG -Inhumas**, ISSN 1984-6576 – v. 3, n.1, 2011.

SOARES, M; SENA, C. C. B. 2012. **A Contribuição do Psicopedagogo no Contexto Escolar.** Disponível em:< <http://www.abpp.com.br/artigos/126.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2013.

SOUZA, D. C. B. **A inclusão na perspectiva da organização pedagógica de escolas públicas e privadas.** 2010. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp134038.pdf> Acesso em: 02 Jul. 2014.

SOUZA, S. F.; OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas para a inclusão: formação de professores.** 2008. Disponível em <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva>> Acesso em: 14.Ma.2014.

STAINBACK, S.; STAINBABACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores;** Tradução Magda França Lopes. Potro Alegre: Artmed, 2007.

VELANGA, T. C; SILVEIRA, A. Inclusão social e escolar: reflexões e discussões necessárias à formação de professores. **Revista Igarapé**, v. 1, n. 1, 2013.

VITORINO, J.L. **A teoria vygotskyana e a prática psicopedagógica.** 2005. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br>> Acesso em: 10 mai. 2014.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 1**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante

Esta pesquisa é sobre como está se dando a adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência, a partir das contribuições da psicopedagogia. Esta está sendo desenvolvida por **Djailma Silva da Costa**, aluna do **Curso de Graduação em Psicopedagogia** do Centro de Educação da UFPB, sob a orientação da Prof^a. Ms. Márcia Paiva de Oliveira.

Os objetivos desta pesquisa são investigar como está se dando a adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência, a partir das contribuições da psicopedagogia. A finalidade deste trabalho é trazer dados para novas pesquisas, não só na área da Educação e psicopedagogia, mas em outras áreas do campo das Ciências Humanas.

Solicitamos a sua colaboração no sentido da participação, bem como a sua autorização para apresentar este estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos previsíveis.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida que não deve mais participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do participante da pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a Pesquisadora responsável: MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA.

Telefone: 88070410

Endereço (Setor de Trabalho): Departamento de Psicopedagogia/Centro de Educação / UFPB, Campus I.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável



APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA**

Prezado (a) participante,

Esta pesquisa é sobre como está se dando a adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência, a partir das contribuições da psicopedagogia e está sendo desenvolvida sob a orientação da Prof^ª. Ms. Márcia Paiva de Oliveira.

Os objetivos da pesquisa são investigar como está se dando a adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência, a partir da contribuição da psicopedagogia. A finalidade do trabalho é trazer dados para novas pesquisas, não só na área da Educação e Psicopedagogia, mas em outras áreas do campo das Ciências Humanas.

Solicitamos a sua colaboração no sentido da participação, bem como a sua autorização para apresentar este estudo em eventos da área da educação e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos previsíveis.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida que não deve mais participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do participante da Pesquisa

Por fim, as pesquisadoras estarão à disposição no endereço abaixo para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. UFPB, Centro de Educação, Departamento de Psicopedagogia, Campos I, Cidade Universitária.

INSTRUÇÃO: Sobre as questões abaixo disserte livremente:

1) Como você descreve a Adaptação Curricular? Você sabe do que se trata a adaptação curricular?

2) Como você percebe a política de inclusão nos dias atuais?

3) Em sua opinião enquanto educador, você acha que está acontecendo a adaptação curricular para a inclusão do aluno com Deficiência no âmbito escolar?

4) Conforme sua experiência, como está acontecendo este processo de adaptação curricular?

5) Qual o sentido e benefícios da inclusão e do currículo adaptado para a inserção do aluno com deficiência na escola regular?

6) Como você percebe o desenvolvimento do aluno com deficiência no contexto da sua escola?

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

Idade: _____ **Sexo:** () Masculino () Feminino

Profissão: _____

1. **Há quanto tempo exerce nesta profissão?** _____

2. Grau de Escolaridade:

() Magistério () Ensino Superior completo () Ensino Superior Incompleto

3. **Curso:** _____ **Período:** _____

4. **Instituição:** () Pública () Privada

5. **Possui alguma Especialização?** Sim () Não ()

Qual? _____

Muito obrigado pela participação!